



FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DE  
**COIMBRA**

Luís Miguel Lopes de Castro

## **A INTEGRAÇÃO DO MIKVEH DE COIMBRA NA ROTA DAS JUDIARIAS**

Relatório de Estágio do Mestrado em Política Cultural Autárquica,  
orientado pela Professora Doutora Maria do Rosário Morujão,  
apresentado ao Conselho Interdepartamental da Faculdade de Letras da  
Universidade de Coimbra

Janeiro de 2023

**FACULDADE DE LETRAS**



# FACULDADE DE LETRAS

## A INTEGRAÇÃO DO MIKVEH DE COIMBRA NA ROTA DAS JUDIARIAS

### Ficha Técnica

<b>Tipo de trabalho</b>	<b>Relatório de Estágio</b>
<b>Título</b>	<b>A Integração do Mikveh de Coimbra na Rotadas Judiarias</b>
<b>Autor/a</b>	<b>Luís Miguel Lopes de Castro</b>
<b>Orientador/a(s)</b>	<b>Doutora Maria do Rosário Barbosa Morujão</b>
<b>Júri</b>	<b>Presidente: Doutora Maria Margarida Sobral da Silva Neto</b> <b>Vogais:</b> <b>1. Doutor Saul António Gomes Coelho da Silva</b> <b>2. Doutora Maria do Rosário Barbosa Morujão</b>
<b>Identificação do Curso</b>	<b>2º Ciclo em Política Cultural Autárquica</b>
<b>Área científica</b>	<b>História</b>
<b>Data da defesa</b>	<b>07-02-2023</b>
<b>Classificação do Relatório</b>	<b>15 Valores</b>
<b>Classificação do Estágio e Relatório</b>	<b>14 Valores</b>



FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE D  
**COIMBRA**

## **Resumo**

O presente relatório foi realizado no âmbito do estágio curricular realizado no 2º ano do Mestrado em Política Cultural Autárquica da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra entre Janeiro de 2022 e Maio de 2022, no Museu Municipal de Coimbra. Este relatório pretende, num primeiro momento, desenvolver e caracterizar o conceito de museu e o seu papel em Portugal. Consequentemente, considerámos relevante destacar e aprofundar o Museu Municipal de Coimbra, uma vez que foi o local de realização do estágio.

Sustentado por revisão de literatura e investigação teórica, atribuímos o principal tema e objetivo desta pesquisa à descoberta do *Mikveh* em Coimbra, descrevendo esta estrutura e suas funções, sendo que referimos algum contexto e explorámos tópicos relacionados, como a presença judaica em Portugal e na cidade de Coimbra. Apresentando, desta forma, uma proposta benéfica para incluir o *Mikveh* de Coimbra na Rota das Judiarias, permitindo o reconhecimento desta estrutura de valor imaterial e de raridade imensurável com um estado de conservação impressionante.

**Palavras-chave:** Museu, Coimbra, Mikveh, Judeus, Rota das Judiarias.

## **Abstract**

This report was carried out as part of the curricular internship undertaken in the 2nd year of the Master in Municipal Cultural Policy of the Faculty of Arts, the University of Coimbra between January 2022 and September 2022, in the Municipal Museum of Coimbra. This report aims, at the first moment, to develop and characterize the concept of a museum and its role in Portugal. Consequently, we considered it relevant to highlight and deepen the Municipal Museum of Coimbra, since it was the place where the internship took place.

Supported by literature review and theoretical research, we assigned this research's main theme and objective to the discovery of the Mikveh in Coimbra, describing this structure and its functions. We referred to some context and explored related topics, such as the Jewish presence in Portugal and the city of Coimbra. Thus, presenting a beneficial proposal to include the Mikveh of Coimbra in the Judaria Route, allowing the recognition of this structure of intangible value and immeasurable rarity with an impressive state of conservation.

**Keywords:** Museum, Coimbra, Mikveh, Jewish, Jewish Quarters Tour.

## **Agradecimentos**

Primeiramente, agradeço à Doutora Maria do Rosário Barbosa Morujão pela partilha de conhecimentos académicos e científicos com fim à orientação durante todo o processo. Adicionalmente, um especial afeto pela constante compreensão, apoio, dedicação e humanidade que sempre me demonstrou.

À Dra. Elisabete Carvalho pela experiência transmitida na área da museologia.

A toda a equipa do Museu Municipal de Coimbra - Dr.<sup>a</sup> Berta Duarte, Dr.<sup>a</sup> Ágata Antunes, Dr.<sup>a</sup> Joana Barata, António Martins, João Bacelar e Maria José Firmo – por serem absolutamente excecionais no capítulo humano, pela maneira calorosa e carinhosa como me acolheram e pela sua total disponibilidade em ajudar.

Aos meus companheiros da vida coimbrã, que me viram crescer de um rapaz sonhador para um “homem feito”, que nunca abandonaram um amigo em necessidade, este trabalho é o culminar do vosso apoio, esta vitória também é vossa.

Por último, o agradecimento mais especial, fica para a família e para quem dela passou a fazer parte. Aos meus pais e à Anastasiya. A minha motivação foi sempre fazer mais e melhor na esperança de vos deixar orgulhosos e tentar devolver um pouco daquilo que fazem todos os dias por mim.

A todos, o meu mais sincero e grato obrigado.

## Índice

Agradecimentos .....	4
Lista de Siglas.....	6
Lista de Figuras.....	7
Introdução .....	8
I. O Papel do Museu em Portugal .....	11
I.I. Museu: definição, caracterização e enquadramento no panorama nacional.....	12
I.II. Museu Municipal de Coimbra.....	17
II. Presença Judaica em Portugal .....	21
II.I. Contextualização.....	22
II.II. Judiarias de Coimbra.....	26
II.III. Princípios do Judaísmo.....	28
II.IV. Mikveh e Ritual de Purificação.....	29
II.V. A Descoberta do Mikveh em Coimbra.....	31
III. Atividades Realizadas no Estágio .....	37
III.I. Planificação das Tarefas: Proprietários do Edifício do Mikveh.....	38
IV. A Rota das Judiarias .....	46
IV.I. Proposta de Estágio: Inclusão do Mikveh na Rota das Judiarias .....	47
IV.II. Turismo e Turistas Religiosos.....	52
IV.III. Turismo Religioso Judaico em Belmonte.....	53
Conclusão .....	57
Bibliografia.....	60
Webgrafia .....	63
Anexos.....	66

## **Lista de Siglas**

**APOM** – Associação Portuguesa de Museologia

**BMC** – Biblioteca Municipal de Coimbra

**CMC** – Câmara Municipal de Coimbra

**DGPC** – Direção Geral do Património Cultural

**EEA Grants** – European Economic Area Agreement

**ICOM** – International Council of Museums

**LQMP** – Lei-Quadro dos Museus Portugueses

**MDPP** – Comité de Definição de Museu, Perspetivas e Possibilidades

**MMC** – Museu Municipal de Coimbra

**RPM** – Rede Portuguesa de Museus

## Lista de Figuras

**Figura A:** Os quatro núcleos do MMC (da esquerda para a direita: Edifício do Chiado; Núcleo da Cidade de Coimbra; Núcleo da Guitarra e do Fado de Coimbra; e Sala da Cidade).

**Figura B:** A localização da Judiaria Nova e da Judiaria Velha atualmente.

**Figura C:** Edifício do *Mikveh*, Rua Visconde da Luz, nº21, Coimbra.

**Figura D:** Fotografias do *Mikveh* de Coimbra.

**Figura E:** Os quintais localizados no espaço da Judiaria Velha de Coimbra.

**Figura F:** Exposição - “Judeus de Coimbra | Da Tolerância à Perseguição | Memórias e Materialidade”

**Figura G:** As parcelas de terreno que se achavam ser vários quintais com vários proprietários eram, afinal, um só quintal pertencente a um só dono.

**Figura H:** Os planos para o alargamento da Rua de Coruche e alguns exemplos de expropriações.

**Figura I:** Alguns dos gastos mensais nas obras da Rua de Coruche em 1859.

**Figura J:** Uma breve cronologia sobre o processo de melhoramento da Rua de Coruche.

**Figura K:** A antiga Rua de Coruche e o seu plano de transformação.

**Figura L:** Mapa das cidades da Região Centro de Portugal na Rota das Judiarias.

**Figura M:** Mikveh de Besalú.

**Figura N:** Mikveh de Girona.

**Figura O:** Museu da História Judaica de Girona.

**Figura P:** Museu Judaico de Belmonte.

**Figura Q:** Mapa ilustrativo da proposta do roteiro.



# **Introdução**

---

Este trabalho corresponde ao relatório de estágio desenvolvido no Museu Municipal de Coimbra, situado no Edifício do Chiado, e orientado pela Dr.<sup>a</sup> Elisabete Carvalho, entre janeiro de 2022 e junho do mesmo ano. Com ele, concluo o meu curso de 2º ciclo de Política Cultural Autárquica, ministrado pela minha *alma mater*, a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Numa fase inicial do estágio curricular o tema de análise proposto foi a exposição sobre o centenário da Biblioteca Municipal de Coimbra, na qual cooperei com a reorganização de alguns conteúdos e investigação para diferentes painéis da exibição supracitada. Contudo, umas semanas depois, foi-me colocado o desafio de alterar o rumo da minha investigação. Juntei-me, portanto, a uma equipa multidisciplinar composta por arqueólogos, geólogos, historiadores e outras áreas do saber para estudar o recém-descoberto *Mikveh*, abandonando, assim, a temática do centenário da BMC.

O presente relatório pretende desenvolver o que a importante descoberta histórica de um *Mikveh* na cidade de Coimbra trouxe para a presença judaica nesta cidade. Tem como objetivo principal contribuir para o conhecimento sobre o *Mikveh*, permitindo a sua musealização e integração num contexto mais amplo, a nível regional, na Rota das Judiarias.

Defendemos que os museus contribuem em diversos sentidos para a comunidade e devem ter um papel que procure cumprir determinadas expectativas e funções que lhes estão associadas de forma a beneficiar o Homem, seu próprio criador. Compreender o papel dos museus na atualidade é notar a sua importância como agente de mudança, por exemplo quando abordam temas como a inclusão e a diversidade cultural. Deve ser, ainda, uma instituição que se preza por reunir condições para adotar uma museologia mais responsável a nível social.

O Museu Municipal de Coimbra, instituição de caráter permanente tutelada pela Câmara Municipal de Coimbra e sem fins lucrativos, deve focar-se, como todos os outros museus, em “inspirar, ensinar e partilhar”<sup>1</sup> conhecimento de modo a construir novas maneiras de pensar e, simultaneamente, criar benefícios sociais, educacionais e económicos.

A segunda diáspora judaica, em 70 d.C. fez com que um grande número de judeus se viesse fixar na Península Ibérica, que viriam a designar-se como Judeus Sefarditas. A

---

<sup>1</sup> Raposo, A. C. C. (2017). *Museu Municipal de Coimbra-Princípios para uma museologia inclusiva e participativa* (Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra)

---

sua presença no território português, nos reinados de D. Afonso Henriques e do seu filho D. Sancho I, foi tolerada e até proveitosa para ambas as partes, no sentido em que os monarcas se serviram dessa comunidade para o povoamento do território conquistado e, desde logo, são atribuídos cargos na arrecadação das vendas públicas. Por sua vez, os judeus, são autorizados a criar comunas onde o seu número fosse superior ou igual a 10, fazendo com que a população hebraica aumentasse.

Em Coimbra, conhece-se a existências de pelo menos 3 judiarias. A primeira, denominada de Judiaria Velha, era uma das maiores de Portugal no século XIV, e os judeus que lá viveram dedicavam-se especialmente à agricultura. No entanto, a 5 de dezembro de 1496, D. Manuel I assina o decreto de expulsão dos hereges para que deixassem o país. Aos judeus, foi oferecida outra possibilidade, a conversão ao cristianismo que viria a fazer nascer os denominados “cristãos-novos”. Ainda assim, a maioria optou por abandonar o país dando origem a uma nova diáspora. Vendo a sua estratégia cair por terra, D. Manuel I manda fechar os portos, obrigando estes judeus a permanecerem e assim viverem e praticarem o seu culto na clandestinidade, o que proporcionou a criação de *Mikvés* ocultos como aquele encontrado em Coimbra no ano de 2013.

Os achados no que aos *Mikvés* diz respeito são uma raridade. São, indubitavelmente, património inestimável. Uma descoberta desta magnitude, de algo tão importante no seio da religião judaica, urge ser incluído no projeto “Rota das Judiarias”, que visa consciencializar as populações para a história e as tradições judaicas que estão enraizadas no património dos municípios nela integrados.

Em suma, o relatório divide-se em cinco capítulos. Numa primeira parte, pretendemos explicar o papel do museu em Portugal num âmbito mais geral, passando, posteriormente, para a história e importância do Museu Municipal de Coimbra, depois, numa segunda parte introduzimos o contexto histórico da presença judaica em Portugal. No terceiro capítulo, explica-se o que é um “*Mikveh*” e a descoberta feita na cidade de Coimbra, e no quarto capítulo apresentamos a já existente Rota das Judiarias do Centro de Portugal. Na última parte desta exposição, abordo o trabalho desenvolvido no estágio, a pedido da Dr<sup>a</sup>. Elisabete Carvalho, com o fim de encontrar os proprietários originais do edifício correspondente ao monumento, assim como a minha proposta para a inclusão do *Mikveh* na Rota das Judiarias.

---

## **I. O Papel do Museu em Portugal**

---

## I.I. Museu: Definição, Caracterização e Enquadramento no Panorama Nacional

O conceito de museu não é algo que fique estagnado e fixo ao longo do tempo ou algo que seja unânime. Pode divergir consoante o autor e, conseqüentemente, de acordo com a época em que é apresentado, uma vez que acompanha a realidade social e da comunidade museológica.

A instituição museu remonta à Antiguidade Clássica. Inicialmente, instituições elitistas que apenas se democratizaram na segunda metade do século XX, altura em que se assistiu a uma verdadeira explosão museológica com um aumento exponencial do número, da qualidade e da sua tipologia. Este crescimento deveu-se, principalmente, a dois fatores: “o reforço da importância atribuída ao papel educativo dos museus; por outro, a crescente pressão, sobre os museus, para que eles justifiquem a sua própria existência e, bem assim, os vultuosos investimentos neles efectuados.”<sup>2</sup>

Luis Alonso Fernandez afirma que a “história e a evolução do museu estão intimamente ligadas à própria história humana. Especialmente a necessidade que o homem de todos os tempos, culturas e lugares tem sentido de colecionar os mais diversos objetos e de os preservar para o futuro. Esta constante produziu, após mil anos de gestação, o nascimento do museu, que explica sectores importantes dessa evolução humana em múltiplas facetas do seu desenvolvimento cultural, técnico e científico. Uma instituição que completa o processo histórico geral da humanidade, fornecendo-lhe elementos diferentes dos expressos pela história escrita”<sup>3</sup>.

Segundo Harrison<sup>4</sup>, a noção de museu é comumente associada a características funcionais e de natureza material e concreta. De acordo com Wavell et al.<sup>5</sup>, estas instituições devem ser consideradas como espaços onde as pessoas se podem divertir enquanto aprendem, isto é, participando em atividades didáticas, apreciando novas experiências e adquirindo novos conhecimentos e competências, priorizando o desenvolvimento da criatividade, da autoconfiança e promovendo mudanças de atitude.

Segundo O'Hagan<sup>6</sup>, os museus são instituições complexas pela variedade de tarefas que desempenham e se inter-relacionam, como as citadas anteriormente.

---

<sup>2</sup> Mendes, J. A. (1999). O papel educativo dos museus: evolução histórica e tendências actuais. *Didaskalia*, 29(1-2), 667-692

<sup>3</sup> Fernández, L. A., & Holo, S. R. (1993). *Museología: introducción a la teoría y práctica del museo* pg47. Istmo.

<sup>4</sup> Cit. por Carvalho, P. S. M. (2012). O desempenho dos museus em Portugal.

<sup>5</sup> Cit. por Carvalho, P. S. M. (2012). O desempenho dos museus em Portugal.

<sup>6</sup> Cit. por Mendes, J. A. (1999). O papel educativo dos museus: evolução histórica e tendências actuais. *Didaskalia*, 29(1-2), 667-692

---

Estas perspetivas vão de encontro ao quotidiano português, onde se tem assistido à criação de um considerável número de museus, adotando os critérios preconizados pelo ICOM. Podemos contar com cerca de 500 unidades museológicas.<sup>7</sup> Atualmente considerados centros de dinamização cultural, passaram de meros “armazéns de objetos” para “armazéns de conhecimento”<sup>8</sup>. Esta transformação foi uma “revolução nos museus, que passaram de espaços restritos e para elites, para, agora, polos abertos ao público, permitindo criar ligações com o património, desenvolver identidade, promover a educação, instigar o desenvolvimento, o turismo e o lazer, despertando o interesse e envolvimento dos governos e autarquias.”<sup>9</sup>

Na conferência trienal do ICOM<sup>10</sup> de 2016, realizada em Milão, foi fundado o Comité de Definição de Museu, Perspetivas e Possibilidades (MDPP, 2017-2019) cujo foco seria oferecer uma nova definição sobre o conceito de museu, no âmbito de alcançar uma visão mais abrangente a nível internacional. O comité apresentou, em julho de 2019, uma proposta de definição para ser submetida a votação, esta:

“Os museus são espaços democratizantes, inclusivos e polifónicos, orientados para o diálogo crítico sobre os passados e os futuros. Reconhecendo e lidando com os conflitos e desafios do presente, detêm, em nome da sociedade, a custódia de artefactos e espécimes, por ela preservam memórias diversas para as gerações futuras, garantindo a igualdade de direitos e de acesso ao património a todas as pessoas.

Os museus não têm fins lucrativos. São participativos e transparentes; trabalham em parceria activa com e para comunidades diversas na recolha, conservação, investigação, interpretação, exposição e aprofundamento dos vários entendimentos do mundo, com o objectivo de contribuir para a dignidade humana e para a justiça social, a igualdade global e o bem-estar planetário.”<sup>11</sup>

---

<sup>7</sup> Mendes, J. A. (1999). O papel educativo dos museus: evolução histórica e tendências actuais. *Didaskalia*, 29(1-2), 667-692

<sup>8</sup> Raposo, A. C. C. (2017). *Museu Municipal de Coimbra-Princípios para uma museologia inclusiva e participativa* (Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra).

<sup>9</sup> Raposo, A. C. C. (2017). *Museu Municipal de Coimbra-Princípios para uma museologia inclusiva e participativa* (Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra).

<sup>10</sup> O ICOM é a maior organização internacional de museus e profissionais de museus dedicada à preservação e divulgação do património natural e cultural mundial, do presente e do futuro, tangível e intangível. Criado em 1946, o ICOM é uma organização não-governamental (ONG) que mantém relações formais com a UNESCO e tem estatuto consultivo no Conselho Económico e Social das Nações Unidas. <http://icom-portugal.org/pagina.123.152.aspx> (consultado em 15/04/2022)

<sup>11</sup> <https://icom-portugal.org/2019/09/10/sobre-a-proposta-da-nova-definicao-de-museu/> (consultado em 01/07/2022)

---

No entanto, o ICOM Portugal não se reviu nesta definição, visto ter sido considerado um conceito demasiado político e ativista, tornando-se num dos 25 países que assinaram o documento a pedir o adiamento da votação.

Segundo Ana Carvalho, museóloga presente na 25.<sup>a</sup> Conferência-Geral em Quioto, onde a votação sobre esta definição foi adiada pela esmagadora maioria dos votos (70.41%), esta proposta não representou uma divisão entre conservadores e vanguardistas, mas sim “o resultado de um processo que falhou por afinal não ter conseguido gerar uma definição suficientemente assertiva e inclusiva que clarifique e nos inspire quanto às finalidades dos museus na sociedade do século XXI.”<sup>12</sup>

No ano de 2022, em Praga, foi recentemente aprovada, com 92% de votos a favor, uma nova definição de museu pelo mesmo ICOM. Assim, a definição mais representativa dos valores atribuídos a um museu passa pela primazia de conceitos como: inclusão, sustentabilidade, acessibilidade, diversidade, ética e partilha com o envolvimento da comunidade.<sup>13</sup>

Deste modo, devemos adotar essa definição mais formal e aceite a nível internacional. Adicionalmente:

“Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade, que pesquisa, colecciona, conserva, interpreta e expõe o património material e imaterial. Os museus, abertos ao público, acessíveis e inclusivos, fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Os museus funcionam e comunicam ética, profissionalmente e, com a participação das comunidades, e proporcionam experiências diversas de educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento”.<sup>14</sup>

Em Portugal, existe também uma definição formal descrita pela Lei-Quadro dos Museus Portugueses (responsabilidades detalhadas no anexo A) – Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto, adaptando indicações internacionais ao contexto museológico do país. Conforme o nº1 do artigo 3º<sup>15</sup>, museu define-se como uma instituição: “de carácter permanente, com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos, dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite: a) Garantir um destino unitário a um conjunto

---

<sup>12</sup> <https://www.patrimonio.pt/post/em-torno-da-defini%C3%A7%C3%A3o-de-museu-do-icom-lic%C3%A7%C3%B5es-a-partir-de-quioto> (consultado a 10/08/2022)

<sup>13</sup> <https://www.publico.pt/2022/08/24/culturaipilon/noticia/icom-aprova-nova-definicao-museu-voltada-inclusao-sustentabilidade-2018198> (consultado a 23/08/2022)

<sup>14</sup> <https://icom.museum/en/resources/standards-guidelines/museum-definition/> (consultado a 28/08/2022)

<sup>15</sup> LQMP, art.3 4 Lei no 47/2004 de 19 de agosto que aprova a Lei-Quadro dos Museus Portugueses, pode ser consultada em [http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/conservacao\\_e\\_restaurao\\_ljf/lei\\_47-2004.pdf](http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/conservacao_e_restaurao_ljf/lei_47-2004.pdf) (consultado em 18/06/2022)

---

de bens culturais e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objetivos científicos, educativos e lúdicos<sup>16</sup>; b) Facultar acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade<sup>17</sup>”.

Adicionalmente, a LQMP refere no ponto nº1 do artigo 4º o que entende por coleção visitável (conceito associado à definição de museu): “o conjunto de bens culturais conservados por uma pessoa singular ou por uma pessoa colectiva, pública ou privada, exposto publicamente em instalações especialmente afectas a esse fim, mas que não reúna os meios que permitam o pleno desempenho das restantes funções museológicas que a presente lei estabelece para o museu”<sup>18</sup>.

Podemos referir que, desde a sua génese, os museus são considerados instrumentos valiosos<sup>19</sup> e com diversas funções<sup>20</sup> como as supracitadas e outras responsabilidades descritas na tabela do Anexo B. E, tal como o próprio conceito de museu evoluiu, as funções que se considera que devem desempenhar acompanharam essa evolução, tornando-se “cada vez mais multifacetadas, evidenciando o crescente papel social dos museus”<sup>21</sup>. Estes adaptaram-se à evolução da sociedade e são cada vez mais um espaço de exposição<sup>22</sup> a que se associa uma função de lazer<sup>23</sup>, pelo que se tornaram cruciais no que diz respeito ao turismo cultural<sup>24</sup>.

Em 1965 foi fundada a Associação Portuguesa de Museologia (APOM), “com o objetivo de servir a comunidade de profissionais de museus portugueses. Foi a primeira organização profissional dos Museus a ser fundada em Portugal”<sup>25</sup>. Serve a comunidade de profissionais de museus portugueses e concentra as suas “ações para definir e concretizar o enquadramento dos museus na sociedade contemporânea”<sup>26</sup>.

---

<sup>16</sup> LQMP, art.3 a)

<sup>17</sup> LQMP, art.3 b)

<sup>18</sup> LQMP, art.4 cit. por Carvalho, P. S. M. (2012). O desempenho dos museus em Portugal.

<sup>19</sup> Durant & Yahya cit. por Delicado, A. (2008). Produção e reprodução da ciência nos museus portugueses. *Análise Social*, 43(186), 55–77. Doi: <http://www.jstor.org/stable/41012621>

<sup>20</sup> Mendes, J. A. (1999). O papel educativo dos museus: evolução histórica e tendências actuais. *Didaskalia*, 29(1-2), 667-692

<sup>21</sup> Harrison cit. por Carvalho, P. S. M. (2012). O desempenho dos museus em Portugal.

<sup>22</sup> Van Aalst e Boogaarts cit. por Carvalho, P. S. M. (2012). O desempenho dos museus em Portugal.

<sup>23</sup> Stephen cit. por Carvalho, P. S. M. (2012). O desempenho dos museus em Portugal.

<sup>24</sup> Lord in Tien cit. por Carvalho, P. S. M. (2012). O desempenho dos museus em Portugal.

<sup>25</sup> <https://apmuseologia.org/about/> (consultado a 30/10/2022)

<sup>26</sup> Raposo, A. C. C. (2017). *Museu Municipal de Coimbra-Princípios para uma museologia inclusiva e participativa* (Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra).



---

Em 2000 foi concebida a Rede Portuguesa de Museus, uma estrutura de projeto dependente do Instituto Português dos Museus, atual DGPC, e “apresenta-se como um sistema organizado de museus que pressupõe a adesão voluntária e objetiva, a descentralização, a mediação, a qualificação e a cooperação entre museus”<sup>27</sup>. Esta rede preza-se pela promoção de todos os museus que a integram (146)<sup>28</sup>, da qual faz parte o Museu Municipal de Coimbra, e visa a valorização da realidade museológica nacional através da cooperação e articulação entre museus com vista a melhorar e rentabilizar a prestação de serviços ao público<sup>29</sup>. A RPM<sup>30</sup> prevê de igual forma a criação de núcleos de apoio aos museus de modo a desconcentrar a coordenação da atividade dos museus da rede<sup>31</sup>.

Considerado um dos “profetas” da museologia, George Brown Good<sup>32</sup> refere que “o que conta não é o que um museu tem, mas o que pode fazer com aquilo que tem”.<sup>33</sup> É importante compreendermos que se deve repensar diferentes perspetivas para potencializar os museus. Desta forma Plaza e Haarich<sup>34</sup> assumem que os museus devem ser vistos como infraestruturas essenciais para a reestruturação urbana, melhorando a qualidade de vida e contribuindo para a criação e expansão de um novo e melhorado centro turístico da cidade.

Em suma, conseguimos identificar a importância e os benefícios que um museu detém (consultar Anexo C), nomeadamente, em primeiro lugar as vantagens para os seus visitantes de um ponto de vista intrínseco, isto é, como uma experiência única, vivida apenas pelo próprio, estimulando o conhecimento, a criatividade e novas fontes de inspiração. Numa segunda instância, pode ter uma grande influência, positiva ou negativa, a nível educacional/social, como o apoio ao sistema de ensino permitindo um

---

<sup>27</sup> Raposo, A. C. C. (2017). *Museu Municipal de Coimbra-Princípios para uma museologia inclusiva e participativa* (Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra).

<sup>28</sup> Informações disponíveis no website da DGPC: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/> (acedido em 10/07/2022)

<sup>29</sup> Raposo, A. C. C. (2017). *Museu Municipal de Coimbra-Princípios para uma museologia inclusiva e participativa* (Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra).

<sup>30</sup> A RPM foi criada como uma dependência do Instituto Português de Museus e “é um instrumento essencial na execução da política museológica nacional e na qualificação dos museus portugueses” <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/> (consultado em 22/06/2022)

<sup>31</sup> Raposo, A. C. C. (2017). *Museu Municipal de Coimbra-Princípios para uma museologia inclusiva e participativa* (Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra).

<sup>32</sup> Hein, G. E. (1998). *Learning in the Museum*, Londres-Nova York, Routledge, p. 3.

<sup>33</sup> Mendes, J. A. (1999). O papel educativo dos museus: evolução histórica e tendências actuais. *Didaskalia*, 29(1-2), 667-692

<sup>34</sup> Cit. por Carvalho, P. S. M. (2012). O desempenho dos museus em Portugal.

---

“acesso ao passado” com adequada interação (contemplativa e/ou manipulativa)<sup>35</sup>. Devemos, ainda, salientar o seu papel ativo no envolvimento em algumas questões sociais como a inclusão e a coesão social. Por fim, é de destacar a nível económico o seu impacto multidisciplinar<sup>36</sup>, o que se deve, em boa medida, ao facto de os museus constituírem um ponto de atração turística que, por sua vez, gera rendimentos, permitindo, assim, a criação de mais postos de trabalho e conseqüentemente estimulando a economia local.

Após todas as mudanças do pós-colonialismo, “os direitos humanos assumem agora outra dimensão, e a sociedade multicultural evidencia isso mesmo. Os museus devem refletir essa realidade e, por isso, preocupar-se em assumir uma voz polissémica e destacar experiências múltiplas, moldando-se como verdadeiros espaços sociais de partilha”<sup>37</sup>. Compreendemos que esta evolução não passa apenas pela alteração de conceitos, mas, também, pela preocupação dos próprios museus se transcenderem da sua forma física e se apresentarem como “meio de relação entre o Homem e a realidade”<sup>38</sup>. A museologia deve, portanto, procurar cumprir as diversas funções supracitadas e, simultaneamente, produzir e transmitir conhecimento de modo a orientar a sua intervenção para os próprios indivíduos, para o Homem (o seu criador), ao serviço da comunidade (atendendo às necessidades desta).

## **I.II. Museu Municipal de Coimbra**

O Museu Municipal de Coimbra, local de estágio, tem vários núcleos: o Edifício Chiado, onde está em exposição permanente a coleção doada pelo Dr. Telo de Moraes, onde realizámos a maioria do nosso trabalho; o Núcleo da Cidade de Coimbra (na Torre da Almedina), e o Núcleo da Guitarra e do Fado de Coimbra, situado na Torre do Anto. Existe ainda a Sala da Cidade nos Paços do Município.

---

<sup>35</sup> Cazelli, S., Marandino, M., & Studart, D. (2003). Educação e comunicação em museus de ciência: aspectos históricos, pesquisa e prática. *Educação e Museu: a construção social do carácter educativo dos museus de ciências*. Rio de Janeiro: FAPERJ, Editora Access.

<sup>36</sup> Scott, C. (2006), “Museums: impact and value”, *Cultural Trends*, Vol. 15, pp. 45–75.

<sup>37</sup> Raposo, A. C. C. (2017). *Museu Municipal de Coimbra-Princípios para uma museologia inclusiva e participativa* (Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra).

<sup>38</sup> Mendes, J. A. (1999). O papel educativo dos museus: evolução histórica e tendências actuais. *Didaskalia*, 29(1-2), 667-692



**Figura A:** Os quatro núcleos do MMC (da esquerda para a direita: Edifício do Chiado; Núcleo da Cidade de Coimbra; Núcleo da Guitarra e do Fado de Coimbra; e Sala da Cidade).

Sem fins lucrativos, o MMC é dirigido pela CMC, mais em específico pela Divisão de Bibliotecas, Arquivos e Museus. Esta instituição “tem por missão investigar, compreender e divulgar temáticas que se relacionam com os núcleos museológicos e as suas coleções, para conhecimento e fruição do visitante, bem como promover o património histórico e artístico da cidade de Coimbra, com vista a sensibilizar o público para a sua preservação”<sup>39</sup>, interpretação e respetiva difusão do património artístico da cidade de Coimbra, seguindo as funções museológicas previstas na Lei-Quadro dos Museus Portugueses<sup>40</sup>. Adicionalmente, executa funções como: inventários, conservação, exposição, educação (entre outras)<sup>41</sup>.

---

<sup>39</sup> <https://www.cm-coimbra.pt/areas/visitar/ver-e-fazer/museus/museu-municipal> (consultado a 06/01/2023)

<sup>40</sup> Jesus Pereira, A. F. D. (2016). *O Museu Municipal de Coimbra: Contributos para o Programa do Núcleo Museológico do Carro Elétrico* (Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra).

<sup>41</sup> Raposo, A. C. C. (2017). *Museu Municipal de Coimbra-Princípios para uma museologia inclusiva e participativa* (Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra).

---

Sendo um espaço com vários núcleos, procura “definir programas museológicos para os mesmos e, obviamente, promover o estudo da história da cidade”<sup>42</sup> visando a salvaguarda do Património Cultural através de várias parcerias. A ideia inicial era da criação de um espaço dedicado exclusivamente à cidade de Coimbra, porém, o casal Telo de Moraes teve um impacto enorme neste projeto quando, em 1999, doou ao Município uma coleção de arte, esta, que está depositada no Edifício do Chiado. A doação anteriormente referida, levou a que o projeto sofresse algumas alterações, tornando-se este o primeiro pólo museológico do MMC (com abertura em 2001). Realizaram-se obras no histórico edifício entre 2000 e 2001, que o prepararam para receber a referida coleção, sendo a sua inauguração feita pelo então Presidente da República, Doutor Jorge Sampaio.

O Edifício do Chiado, em 1909, momento da sua venda à sociedade Nunes dos Santos, era composto por duas lojas, sobrelojas e três andares. Inaugurado em 1910, marcou para sempre a história das artes, moda e do comércio por todo o país.

Foi inspirado nos grandes armazéns do Chiado, em Lisboa, tinha sido idealizado para a mesma função de prática do comércio. Apesar de um período de maior grandiosidade na baixa de Coimbra, nos anos 40, as filiais começaram a cair em decadência, levando à venda do edifício a Santiago Alvarez Mendes, em 1952, para a produção fabril de peças de vestuário. Em abril de 1963, sofreu um grande incêndio que deixou marcas enormes, entre elas, a danificação dos últimos dois pisos. Após 10 anos, o prédio foi vendido ao Banco Internacional Português e, mais tarde, em 1977, o Banco Pinto e Sotto Mayor. Depois de inúmeros esforços, foi adquirido no ano seguinte pela CMC, que em 1984 o classificou como imóvel de interesse público.

No momento de candidatura do MMC ao Programa Operacional da Região Centro Porcentro, em 1995, o projeto compreendia 5 espaços diferentes: o Edifício Chiado, a Torre do Anto, a Torre da Almedina, o refeitório do mosteiro de Santa Cruz e a Remise dos Elétricos.

Porém, como previamente referido, em 2001 tornou-se a sede do MMC e passou a albergar a coleção de “arte de grande dimensão que inclui pinturas, mobiliário, escultura, cerâmica, pratos e peças heterogéneas”<sup>43</sup> doada pelo Dr. José Telo de Moraes e a pela sua mulher, Dr.<sup>a</sup> Maria Emília Ferreira de Telo de Moraes. A restante estrutura deste núcleo

---

<sup>42</sup> Raposo, A. C. C. (2017). *Museu Municipal de Coimbra-Princípios para uma museologia inclusiva e participativa* (Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra).

<sup>43</sup> Raposo, A. C. C. (2017). *Museu Municipal de Coimbra-Princípios para uma museologia inclusiva e participativa* (Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra).

---

do MMC divide-se entre a Galeria Almedina, que fica localizada logo no rés-do-chão, os serviços administrativos no terceiro piso e uma biblioteca no quarto piso.

Mais tarde, estreado o Núcleo da Cidade Muralhada localizado na Torre da Almedina (inaugurado em 2003), as propostas de alteração ao projeto inicial, incluíam novos núcleos, como: o Núcleo da “Casa das Talhas”, o Núcleo da Coimbra Judaica, o Núcleo do Carro Elétrico e o Núcleo da Guitarra e do Fado de Coimbra – visando que, quando todos estiverem abertos, permitiriam uma possível interpretação da história da cidade de Coimbra desde a época medieval até à contemporaneidade. Sendo que, apenas 12 anos mais tarde, ou seja, em 2015, é que o Núcleo da Guitarra e Fado de Coimbra, na Torre do Anto, foi aberto ao público.

Apesar do MMC estar localizado numa cidade universitária, onde a influência jovem é bem perceptível, a maioria do público visitante acaba por ser composta por turistas (principalmente nos núcleos da Torre de Almedina e da Torre de Anto).

Concluimos, assim, que entrada do MMC para a Rede Portuguesa de Museus (RPM) em 2010, foi um marco importante, uma vez que, esta rede constitui “um instrumento essencial na execução da política museológica nacional e na qualificação dos museus portugueses”<sup>44</sup>.

---

<sup>44</sup> <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/> (consultado a 17/08/2022)

---

## **II. Presença Judaica em Portugal**

---

## II.I. Contextualização

Durante a Idade Média surgiram dois grupos de judeus na Europa, os asquenazitas e os sefarditas. Os primeiros estabeleceram-se sobretudo em França e na Alemanha, expandindo-se daí para a Rússia e Europa Central. Os Sefarditas foram aqueles que se estabeleceram pela zona do Mediterrâneo, encontrando-se sobretudo em Espanha e em Portugal, mas também em Itália, na Grécia e na Turquia<sup>45</sup>.

É sabido que os judeus chegaram ao território nacional muito cedo, “Foi durante o Império Romano que os Judeus chegaram à Península Ibérica e, se não possuíamos datas seguras para Portugal, podemos, pelo menos, supor que, entre os séculos V e VI, já aqui existiram algumas comunidades, provavelmente ligadas ao comércio Bizâncio com a Península (...). Durante os domínios visigóticos e muçulmano, a minoria judaica residiu no território que viria a ser Portugal, encontrando-se a sua existência comprovada documentalmente para Coimbra, desde o século X”.<sup>46</sup> Adicionalmente, Saúl Gomes refere que apesar do escrito mais antigo relativo aos judeus na Península Ibérica remontar ao século III, pensa-se que já se encontravam neste território por volta do primeiro século depois de Cristo, contudo, apenas se fazem notar enquanto comunidade nos séculos finais da Reconquista e na Baixa Idade Média<sup>47</sup>.

Durante a monarquia visigoda, a posição dos judeus foi dependendo da necessidade de dinheiro do rei (sendo que a tolerância para com os judeus não foi sempre constante, variando de acordo com a época), enquanto sob domínio muçulmano, a sua situação foi muito mais favorável pelo facto de não existir a mesma atmosfera antijudaica que já existia no resto da Europa como consequência da afirmação do Cristianismo<sup>48</sup>. No entanto, depois da conversão de Recaredo ao Cristianismo, começa a existir uma maior rigidez nas relações de convivência entre cristãos e judeus, curiosamente, esta mudança de atitude perante os judeus parte dos monarcas e não da Igreja<sup>49</sup>.

No contexto da construção do Portugal Cristão, os primeiros reis precisaram de beneficiar os judeus, uma vez que o seu apoio era muitas vezes fundamental nas ações

---

<sup>45</sup> Šimík, R. (2009). Os Judeus na Sociedade Portuguesa dos séculos XIV e XV. *Monografia de Graduação*. Departamento de Línguas e Literaturas Românicas, Faculdade de Filologia, Universidade de Masaryk, Brno (República Tcheca).

<sup>46</sup> Tavares, M. J. P. F. (2010). *As judiarias de Portugal*. Clube do Coleccionador dos Correios.

<sup>47</sup> Gomes, S. (2003). A comunidade judaica de Coimbra medieval. *Coimbra: INATEL*.

<sup>48</sup> Šimík, R. (2009). Os Judeus na Sociedade Portuguesa dos séculos XIV e XV. *Monografia de Graduação*. Departamento de Línguas e Literaturas Românicas, Faculdade de Filologia, Universidade de Masaryk, Brno (República Tcheca).

<sup>49</sup> Ferro, M. J. P. (1979). *Os Judeus em Portugal no século XIV*. Guimarães.

---

que pretendiam tomar, “os nossos primeiros reis protegem-nos.”<sup>50</sup>. Veja-se que a intervenção (auxílio prestado no povoamento do território) dos judeus junto de D. Afonso Henriques na tomada de Lisboa em 1147, foi importantíssima, permitindo que esta mesma comunidade fosse recompensada com privilégios<sup>51</sup>. De acordo com a Sociedade Histórica, o primeiro rei português estabeleceu uma proximidade e amizade com D. Yaia Bem Yaish, “que viria a ser o primeiro Rabi-Mor de Portugal, exerceu altas funções de administração do Reino e participou em combates ao lado e ao serviço do seu Rei”<sup>52</sup>.

Por alturas de 1143, já podemos encontrar estas comunidades em cidades importantes como Coimbra, Lisboa ou Santarém, onde se encontra a mais antiga sinagoga do país<sup>53</sup>. Conseguimos perceber que há uma especial incidência de judiarias em concelhos perto da fronteira, o que se explica devido às atividades mercantis em que estes se envolviam<sup>54</sup>. Face a esta situação “favorecida por D. Afonso Henriques e D. Sancho I que serve dela para o povoamento do território conquistado, a população hebraica aumenta”<sup>55</sup>, “apesar de podermos afirmar o crescimento da população em judaica em Portugal no nosso território, bem patente no aumento das suas comunidades, é-nos, contudo difícil fazer uma estimativa populacional”<sup>56</sup>, espalhando-se praticamente por todo o território nacional. Estas boas relações entre monarcas e judeus são bem espelhadas na criação de novas judiarias e no extravasar dos limites dessas mesmas judiarias<sup>57</sup>.

É com D. Afonso II que se dão uma série de leis que deterioram a relação dos cristãos com os judeus ao ordenar que “nenhum judeu possa ser ovençal real ou ocupar qualquer cargo oficial de modo que os cristãos se possam sentir prejudicados”<sup>58</sup> assim como outras medidas, como por exemplo, a proibição de criados em casa, a perda da casa paterna em caso de conversão à fé cristã, a pena de morte para cristãos-novos que retomem praticas judaicas, entre outros<sup>59</sup>.

---

<sup>50</sup> Ferro, M. J. P. (1979). *Os Judeus em Portugal no século XIV*. Guimarães.

<sup>51</sup> <https://www.centerofportugal.com/pt/article/coimbra-judaica> (consultado a 05/08/2022)

<sup>52</sup> <https://www.jn.pt/local/noticias/porto/porto/comunidade-judaica-do-porto-e-sociedade-historica-promovem-encontro-13528144.html> (consultado a 04/01/2023)

<sup>53</sup> Ferro, M. J. P. (1979). *Os Judeus em Portugal no século XIV*. Guimarães

<sup>54</sup> Tavares, M. J. P. F. (1982). *Os judeus em Portugal no século XV* (Vol. 1). Universidade nova de Lisboa, Faculdade de ciências sociais e humanas.

<sup>55</sup> Ferro, M. J. P. (1979). *Os Judeus em Portugal no século XIV*. Guimarães

<sup>56</sup> Tavares, M. J. P. F. (1982). *Os judeus em Portugal no século XV* (Vol. 1). Universidade nova de Lisboa, Faculdade de ciências sociais e humanas.

<sup>57</sup> Tavares, M. J. P. F. (1982). *Os judeus em Portugal no século XV* (Vol. 1). Universidade nova de Lisboa, Faculdade de ciências sociais e humanas.

<sup>58</sup> Ferro, M. J. P. (1979). *Os Judeus em Portugal no século XIV*. Guimarães

<sup>59</sup> Ferro, M. J. P. (1979). *Os Judeus em Portugal no século XIV*. Guimarães.



---

Os judeus vivem durante três séculos no reino português onde se nota um aumento demográfico acentuado nos finais do século XIV e XV<sup>60</sup>.

Socialmente, encontravam-se judeus em três grandes grupos: o formado por banqueiros ricos, mercadores, financeiros, físicos e detentores de cargos públicos; um outro composto por artesãos e pequenos mercadores; e ainda entre os pobres e indigentes<sup>61</sup>.

A comunidade judaica vivia em judiarias ou comunas. Judiaria e comuna apesar de serem muitas vezes usados como sinónimos, não significam o mesmo<sup>62</sup>. Judiaria é, até ao século XV, uma palavra usada para diversos significados tais como “comuna, bairro judaico ou até de um arruamento delimitado profissionalmente” e o mesmo sucede com a palavra “comuna” que poderia englobar uma ou mais judiarias, mas quando nos referimos a Lisboa tinha o significado de Judiaria Grande<sup>63</sup>.

Nessas judiarias, geralmente apartadas das zonas cristãs por muralhas, cercas e portões, existiam as suas sinagogas. Estes bairros judaicos encontravam-se, por norma, nas zonas mais importantes da cidade, onde o comércio e a produção artesanal tinham maior relevo e como tal ficavam situados perto das portas da cidade, onde a maioria dos mercadores tinha de passar<sup>64</sup>.

Os judeus tinham leis próprias, e as judiarias tinham a sua existência autorizada pela concessão de uma carta de privilégios onde se encontravam nomeados os seus usos, costumes e liberdades além dos seus direitos e deveres. Esta carta de privilégios é justamente uma afirmação da sua dependência direta em relação ao rei<sup>65</sup>.

As famílias mais importantes chegavam mesmo a juntar-se à corte do rei, “como os Negro, os Navarro ou os Abravanel, privavam directamente com o rei e com a família real. (...) os monarcas recompensam com privilégios, doações e, sobretudo, agraciando-os com os títulos de “servidores”, “vassalos” ou “criados”. Eles eram judeus cortesãos.”<sup>66</sup>

---

<sup>60</sup> Tavares, M. J. P. F. (1982). *Os judeus em Portugal no século XV* (Vol. 1). Universidade nova de Lisboa, Faculdade de ciências sociais e humanas.

<sup>61</sup> <https://www.centerofportugal.com/pt/article/coimbra-judaica> (consultado a 05/08/2022)

<sup>62</sup> Tavares, M. J. P. F. (1982). *Os judeus em Portugal no século XV* (Vol. 1). Universidade nova de Lisboa, Faculdade de ciências sociais e humanas.

<sup>63</sup> Tavares, M. J. P. F. (1982). *Os judeus em Portugal no século XV* (Vol. 1). Universidade nova de Lisboa, Faculdade de ciências sociais e humanas.

<sup>64</sup> Šimík, R. (2009). Os Judeus na Sociedade Portuguesa dos séculos XIV e XV. *Monografia de Graduação*. Departamento de Línguas e Literaturas Românicas, Faculdade de Filologia, Universidade de Masaryk, Brno (República Tcheca).

<sup>65</sup> Tavares, M. J. F. (2014). Judeus de Castela em Portugal no final da Idade Média: onomástica familiar e mobilidade. *Sefarad*, 74(1), 89-144.

<sup>66</sup> Tavares, M. J. P. F. (2010). *As judiarias de Portugal*. Clube do Coleccionador dos Correios.

---

A população judaica, no século XIV, ocupa cargos de relevo nas altas patentes do reino e “grande parte dos cristãos, desde o rei ao mais humilde camponês, passando pelos membros do clero e da nobreza, serve-se do judeu, quer para curar os seus males corpóreos quer para debelar os seus problemas económicos”<sup>67</sup>

Uma judiaria constituía assim, uma cidade dentro de outra cidade, uma vez que tinham instituições próprias, como uma cadeia e um cemitério, e uma organização social bem estratificada sob a autoridade do rabi, que era “eleito pelos notáveis, coadjuvado por vários funcionários: tabeliães, escrivães e degoladores que tomavam a seu cargo a matança ritual do gado. No topo da pirâmide, o rabi-mor, nomeado pelo monarca e que, com este, tratava directamente todos os assuntos respeitantes às comunidades.”<sup>68</sup> para os centros mais importantes do país como o Porto, Torre de Moncorvo, Viseu, Covilhã, Santarém, Évora e Faro e que com ele discutia os assuntos respeitantes às comunidades.

Nas palavras de Maria José Pimenta Ferro Tavares “os judeus portugueses vivem, ao longo do século XV, uma autêntica situação de privilégio, se a comparamos com a dos seus correligionários peninsulares. Os levantamentos cristãos contra as judiarias são raros e têm como móbil directo o roubo, mais que o ódio religioso”<sup>69</sup>

Contudo, em 1496, o rei D. Manuel I força a comunidade judaica a converter-se ao cristianismo enquanto simultaneamente expulsa todos os súbditos muçulmanos<sup>70</sup>. Este ato é bastante contraditório com aquela que tinha sido, anteriormente, a sua outra grande decisão em relação á comunidade judaica de então. Aquando da assinatura do Decreto de Alhambra em 1492, D. Manuel I, contra a vontade de Roma, acolhe, no território nacional, os judeus expulsos pelos Reis Católicos o que leva a crer que há um interesse na fixação da minoria judaica em Portugal<sup>71</sup>.

O Édito de Expulsão acontece, provavelmente, citando Maria José Oliveira, investigadora no Instituto de História Contemporânea, porque o rei português “desejava uma união da Península Ibérica, debaixo da sua coroa, pelo que propôs casamento a D. Isabel, viúva de Afonso e filha mais velha dos reis católicos. A proposta foi aceite por D. Isabel e por D. Fernando, mas sob a condição: o rei português deveria expulsar os judeus

---

<sup>67</sup> Ferro, M. J. P. (1979). *Os Judeus em Portugal no século XIV*. Guimarães.

<sup>68</sup> <https://www.centerofportugal.com/pt/article/coimbra-judaica> (consultado a 09/12/2022)

<sup>69</sup> Tavares, M. J. P. F. (1982). *Os judeus em Portugal no século XV* (Vol. 1). Universidade nova de Lisboa, Faculdade de ciências sociais e humanas.

<sup>70</sup> de Sousa, I. C. Tensões e interações entre judeus e cristãos em Portugal no final do século XV.

<sup>71</sup> Tavares, M. J. P. F. (1982). *Os judeus em Portugal no século XV* (Vol. 1). Universidade nova de Lisboa, Faculdade de ciências sociais e humanas.

---

do país.”<sup>72</sup>. Com isto, Portugal tornou-se o primeiro reino ibérico a acabar com toda a coexistência judaico-cristã-muçulmana<sup>73</sup>.

Uma medida que acaba com a tolerância religiosa até aí existente no reino português forçando os judeus ao exílio, a uma nova diáspora, ao anonimato e à clandestinidade. Confrontados com esta nova realidade, a comunidade judaica, divide-se em dois grupos. Um primeiro denominado, pejorativamente, de converso ou marrano surge na sociedade da península<sup>74</sup>. Um grupo que surge odiado, por um lado, pelos judeus que olham para esta conversão como uma traição aquilo que é a religião judaica e, por outro, pelos cristãos-velhos que continuam a considerá-los judeus que “permanecem em cargos económico-financeiros juntos do rei, da nobreza e da Igreja, em lugares cimeiros da administração urbana e até do próprio clero”<sup>75</sup>.

O outro grupo que não se quis converter ao Cristianismo, continua a praticar os seus rituais e tradições, contudo, adaptando e transformando os seus locais de culto num espaço “camuflado”. É neste contexto de clandestinidade que surgem locais como o *Mikveh* descoberto recentemente na cidade de Coimbra.

## II.II. Judiarias de Coimbra

O documento mais antigo que atesta a presença de judeus em território português é de Coimbra, este data de 950 e retrata uma doação feita por um tal Ximeno ao mosteiro de Celanova.<sup>76</sup> Apesar de não existir documentação mais antiga do que esta, é fácil de perceber que a presença de judeus na urbe coimbrã era anterior a este documento, pois consegue-se verificar a partir da doação supracitada que os judeus, de acordo com Saúl Gomes, “pertenciam ao grupo dos proprietários agrícolas mondeguiños, e, conseqüentemente, da população local com residência mais permanente, o que poderá

---

<sup>72</sup> <https://observador.pt/especiais/o-dia-em-que-os-judeus-foram-expulsos-de-portugal/> (consultado a 11/01/2023)

<sup>73</sup> Soyer, F. (2013). *A Perseguição aos Judeus e Muculmanos de Portugal-D Manuel I e o Fim da Tolerancia Religiosa (1496-1497)*. Edicoes 70.

<sup>74</sup> Tavares, M. J. P. F. (1982). *Os judeus em Portugal no século XV* (Vol. 1). Universidade nova de Lisboa, Faculdade de ciencias sociais e humanas.

<sup>75</sup> Tavares, M. J. P. F. (1982). *Os judeus em Portugal no século XV* (Vol. 1). Universidade nova de Lisboa, Faculdade de ciencias sociais e humanas.

<sup>76</sup> Gomes, S. (2003). A comunidade judaica de Coimbra medieval. *Coimbra: INATEL*.

---

pressupor o seu enraizamento no território e a existência de uma comunidade judia minimamente activa e organizada na Coimbra dos séculos IX e X”<sup>77</sup>.

No século XII, a judiaria em Coimbra, ao contrário do que acontecia com várias judiarias portuguesas que se fixaram dentro dos perímetros muralhados dos núcleos urbanos, localizava-se na encosta, do lado de Santa Cruz, nas ribas do Corpo de Deus. Era, portanto, um bairro que se encontrava fora das muralhas. A presença desta comunidade levava a que existisse uma Coimbra cristã (maioria) e uma Coimbra judaica (minoría), que, geralmente, levava à proliferação da miscigenação cultural. A existência das judiarias não implica obrigatoriamente que toda a comunidade judaica aí se encontrasse. É provável que houvesse judeus a viver fora desses bairros e até intramuros, mas claramente a maior concentração dessa comunidade estaria aí instalada<sup>78</sup>.

No entanto, o território dentro das judiarias era exclusivo a habitantes judeus, ainda que houvesse circulação limitada de homens cristãos devido maioritariamente a razões comerciais e, apesar da religião ser diferente, os judeus mantinham uma boa relação com os cónegos do mosteiro de Santa Cruz que se localizava mesmo ao lado.<sup>79</sup>

A documentação, até hoje, não atesta a existência de uma sinagoga, que funcionaria provavelmente numa casa de habitação, como sucedia noutras judiarias espalhadas pelo território português.<sup>80</sup>

Contudo, o que até aí se tinha revelado como uma coexistência relativamente pacífica foi-se transformando num ambiente de crescente intolerância, exponenciado pelo surto da Peste Negra em 1348 e por alguns episódios estimulados, sobretudo, pelas ordens mendicantes<sup>81</sup>.

Face ao ambiente gerado, decidiu criar-se uma nova judiaria que viria a ser designada de Judiaria Nova ou de Sansão<sup>82</sup>. A primeira tentativa foi a de deslocar os judeus para um local designado de Pedreira, próximo da Colegiada de S. Salvador. No entanto, os padres de S. Salvador opuseram-se fortemente à ideia e a Judiaria Nova acabou por se fixar, entre 1360 a 1380, na Rua Direita, confrontando com a Colegiada de

---

<sup>77</sup> Gomes, S. (2003). A comunidade judaica de Coimbra medieval. *Coimbra: INATEL*.

<sup>78</sup> Alarcão, J. (2009). As judiarias de Coimbra. *Coimbra Judaica: actas*.

<sup>79</sup> Alarcão, J. (2009). As judiarias de Coimbra. *Coimbra Judaica: actas*.

<sup>80</sup> <https://www.centerofportugal.com/pt/article/coimbra-judaica> (consultado a 09/01/2023)

<sup>81</sup> Informações recolhidas de uma memória descritiva escrita por Berta Duarte sobre o *Mikveh* presente na CMC.

<sup>82</sup> Sansão era o antigo nome da atual Praça 8 de Maio.

---

Santa Justa, de um lado, e até à Rua da Sofia, no outro apesar de não se saberem os limites exatos.<sup>83</sup>

O escalar de tensões vai resultar no que já anteriormente foi referido: a expulsão dos judeus de Portugal, a 5 de dezembro de 1496, com o prazo estabelecido para a sua saída terminar em 31 de outubro de 1497.<sup>84</sup>



**Figura B:** A localização da Judiaria Nova e da Judiaria Velha atualmente.

### II.III. Princípios do Judaísmo

A história da religião judaica confunde-se com a do povo hebraico.

O Judaísmo é uma religião abraâmica. ou seja, tem como seu patriarca Abraão tal como a religião cristã e islâmica. É a primeira religião monoteísta e tem como os seus principais símbolos: a “Menorá”, o conhecido candelabro de 7 pontas; a “Estrela de David”, símbolo de proteção e união dos opostos; o “Chai”, O Chai é um símbolo judaico representado pelas letras do alfabeto hebreu *chet e yud*; a “Torá”, o seu livro

---

<sup>83</sup> Gomes, S. (2003). A comunidade judaica de Coimbra medieval. *Coimbra: INATEL*.

<sup>84</sup> de Sousa, I. C. Tensões e interações entre judeus e cristãos em Portugal no final do século XV.

---

sagrado, a “bíblia hebraica”; o “*Mezuzah*”, um talismã que representa proteção e também a fé dos devotos judeus; o “*Shofar*”, um chifre de carneiro que simboliza o Ano Novo Judaico.<sup>85</sup>

Na Bíblia Judaica é descrita a “mensagem da salvação, assim como um guia de comportamento”. Esta é composta por 24 livros onde os primeiros 5 livros, chamados de Lei ou *Torá*, contam as origens do mundo e a história de Abraão e Moisés, posteriormente temos os livros dos Profetas onde se narra a história do povo judaico com os chamados livros históricos e proféticos e o último terço da Bíblia Judaica compõe-se por livros de diversos assuntos tais como orações, cânticos, provérbios e narrativas espirituais.<sup>86</sup>

Mas além da *Torá* escrita existe também a *Torá* oral que, inicialmente, estaria proibida a sua passagem para uma Lei escrita, mas que depois da destruição de Jerusalém e consequente dispersão do povo judaico, se decidiu escrever a mesma pelo receio de que esta Lei se perdesse.<sup>87</sup> Esta passagem para o escrito ficou designado por *Talmude*, palavra hebraica para “estudo”, e o Talmude é dividido entre a *Misná*, o seu texto, e a *Gemara*, o comentário à *Misná*.<sup>88</sup> A Tradição é, portanto, formada por três textos fundamentais: a *Midrash*, que contém as interpretações feitas pelos rabinos dos escritos da bíblia, a *Mishna* que contém a doutrina e o *Talmud* que é o conjunto de toda a tradição oral.

#### **II.IV. Mikveh e Ritual de Purificação**

Segundo a *Torá*, o ser humano adquire, após o pecado original, imperfeições tais como o sexo e a reprodução, consequentemente, é necessário algo que o purifique, um ritual que limpe o corpo e alma<sup>89</sup>.

---

<sup>85</sup> <https://www.dicionariodesimbolos.com.br/simbolos-judaicos/> (consultado a 02/01/2023)

<sup>86</sup> Gaarder, J. – O livro das religiões. Lisboa: Ed. Presença, 2007

<sup>87</sup> Gaarder, J. – O livro das religiões. Lisboa: Ed. Presença, 2007

<sup>88</sup> Vaz, A. S. (2021). Judeus, cristãos, muçulmanos: o comum às três religiões monoteístas. *Ad Aeternum*, 1(2), 9-38.

<sup>89</sup> Cit. por Risman, A. (1997). Alguns aspectos da sexualidade no judaísmo. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, 8(1).

---

O *Mikveh* é a imersão ritual em água utilizada no judaísmo, geralmente, acontecia depois da menstruação da mulher e do nascimento de um filho<sup>90</sup>. *Mikveh* significa piscina ou conjunto de água. O termo aparece na *Torá* no momento de criação, quando existia uma grande concentração de água.

Estes banhos de purificação são equipamentos de uso comunitário e na religião judaica constituem a absoluta prioridade para a fixação de qualquer comunidade. Ao dia de hoje continuam tão essenciais como eram no passado para os judeus praticantes<sup>91</sup>.

Este ritual é comum tanto a homens como a mulheres e é praticado em vários momentos apesar de ser muito mais utilizado pelas mulheres pois é requerido que as mesmas purifiquem o corpo numa base mensal devido ao seu ciclo menstrual. Para além deste motivo, as mulheres usam tradicionalmente o *Mikveh* por outras duas razões: antes de se casarem, ocasião em que visitam o local com as suas amigas e família do sexo feminino mais próxima, e por motivos de fé<sup>92</sup>. Para além destas razões, as mulheres devem ainda frequentar o *Mikveh* depois de manterem relações sexuais e da maternidade. A purificação é também essencial na véspera dos dias sagrados do calendário hebraico como o *Yom Kippur*<sup>93</sup>.

Para um espaço de banhos judaicos obter o estatuto de *Mikveh* deve obedecer a certos requisitos. Deve ser contruído no chão, a água deve ser proveniente da chuva, não pode estar a correr ou a fluir e não pode ser trazida pelo ser humano nem deve ser canalizada através de canos ou recipientes de metal, argila ou madeira. Para além disto, deve conter aproximadamente 750 litros de água. Tudo isto obedece a um conceito de água natural corrente, ou seja, água que não foi modificada pelo Homem. É requerido também que o *Mikveh* tenha um acesso que seja feito através de exatamente 7 degraus simbolizando os 7 dias da semana.

A essência do *Mikveh* seria a mudança de um estado de imperfeição espiritual para o da purificação espiritual. O *Mikveh* não é um processo de banho comum, este ritual não serve para lavar o corpo num sentido mundano “até porque a mulher antes de entrar no

---

<sup>90</sup> <https://www.wikiwand.com/pt/Mikv%C3%A1> (consultado a 22/10/2022)

<sup>91</sup> Informações recolhidas de uma memória descritiva escrita por Berta Duarte sobre o *Mikveh* presente na CMC.

<sup>92</sup> Grossman, S. (2021). *Mikveh and the Sanctity of Being Created Human*. In Hakol Kol Yaakov (pp. 67-110). Brill.

<sup>93</sup> Informações recolhidas de uma memória descritiva escrita por Berta Duarte sobre o *Mikveh* presente na CMC.

---

mesmo devia lavar o corpo, o cabelo, cortar as unhas, retirar o esmalte e realizar as necessidades fisiológicas, visando que nenhuma substância interferisse na imersão.”<sup>94</sup>

Deveria ser entendido com um nascimento, uma vez que na religião judaica se acredita que o mundo surgiu das águas, então, ao mergulhar em água natural, era como se o ser humano emergisse como uma nova criatura, alguém totalmente novo.

## II.V. A Descoberta do *Mikveh* em Coimbra

Ao dia de hoje são escassos os vestígios materiais que apresentam indícios da presença judaica dentro do território urbano de Coimbra. Isto torna a descoberta deste *Mikveh*, no final de 2013, um importante marco para conhecer o património hebraico não só pela sua raridade, mas, também, pelo seu fantástico estado de conservação e as possibilidades que traz consigo de localizar a Sinagoga que um dia existiu na Judiaria Velha de Coimbra<sup>95</sup>.

Em 2013, devido a uma rutura de canos no prédio nº21 da rua Visconde da Luz, encontrou-se aquilo que se julga ser um *Mikveh* medieval, que se pensa, citando o arqueólogo Jorge Alarcão, “já funcionar certamente antes do tempo de D. Fernando”<sup>96</sup>.

---

<sup>94</sup> Cit. por Risman, A. (1997). Alguns aspectos da sexualidade no judaísmo. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, 8(1).

<sup>95</sup><https://agenda.uc.pt/eventos/banhos-judaicos-de-purificacao-i-proposta-de-descodificacao-do-mikveh-da-judiaria-velha-de-coimbra/> (consultado a 16/08/2022)

<sup>96</sup><https://www.publico.pt/2013/12/26/culturaipilon/noticia/banhos-judaicos-medievais-descobertos-em-coimbra-1617489?page=-1&fbclid=IwAR0a3RTZ5iWbzfNglkmRS3aBbBYs9VRKZr0c1KElYNiF1TteVYC09v-ZHXo> (consultado a 16/08/2022)





**Figura C:** Edifício do *Mikveh*, Rua Visconde da Luz, nº21, Coimbra.

Esta estrutura destinada aos banhos rituais judaicos situa-se naquilo que foi a Judiaria Velha da cidade, desativada em 1370, no reinado de D. Fernando.

O prédio em que se situa foi adquirido pela Câmara Municipal de Coimbra ao fim de 7 anos pela quantia de 240 mil euros. Essa aquisição tão tardia fez com que apenas se iniciasse o processo de investigação da estrutura e de todo o seu espaço envolvente muito recentemente, o que ajuda a explicar os poucos progressos feitos no caminho para a musealização do *Mikveh*.

Esta estrutura, tendo em conta a história da cidade de Coimbra, veio surpreender a comunidade científica. Devido ao seu incrível estado de conservação, já referido anteriormente, esta estrutura tem ainda todos os requisitos necessários para servir a comunidade judaica local.

---

Pensa-se, segundo a Dr<sup>a</sup>. Berta Duarte, que este *Mikveh* esteve operacional até ao século XVII onde uma comunidade bastante ativa, composta por cerca de 60 pessoas, se manteve até 1620 com as suas práticas e rituais próprios<sup>97</sup>.

Esta estrutura revela ainda um fresco por cima do tampo, em estilo neoclássico, que se pressupõe ser do século XIX, para além de existirem ainda outros dois acrescentos, nas laterais superiores, onde existem duas pedras que se acreditam ser do século XVI ou XVII. Acredita-se que a adição destas pedras serviu como uma intenção de preservar e até embelezar o espaço.

Conseguimos entender, também, que o *Mikveh* propriamente dito teve o seu fundo encurtado pois um *Mikveh* deve permitir a imersão total do indivíduo e neste caso em concreto, isso não acontece.

Outra incógnita, ao dia de hoje, é não sabermos ao certo de onde se origina a água da nascente. Pensa-se, apenas, que a passagem existente atrás do tanque serviria para fazer a manutenção e limpeza do canal para que a água saísse límpida e tratada.

De acordo com o que podemos perceber, este espaço seria, originalmente, de maior dimensão pois em 1857, sabemos que os dois prédios atuais pertenceriam ao mesmo lote, para além disto, a cave tem continuidade para o prédio adjacente.

Desconfia-se que a entrada original também não seria a atual isto, porque, é perceptível uma continuidade interrompida por uma parede colocada à *posteriori* fruto das obras de alargamento que foram feitas na Rua de Coruche.

Concluindo, há ainda várias questões no que ao *Mikveh* conimbricense diz respeito: Quantos anos tem? Até quando foi usado? Era de uso pessoal ou comunitário? E se era comunitário era usado exclusivamente por mulheres ou por ambos? O que sabemos, no entanto, é que o *Mikveh* de Coimbra é um achado de valor imensurável uma vez que reúne características únicas que até agora não foram encontradas em mais nenhum *Mikveh* medieval, em Portugal.

---

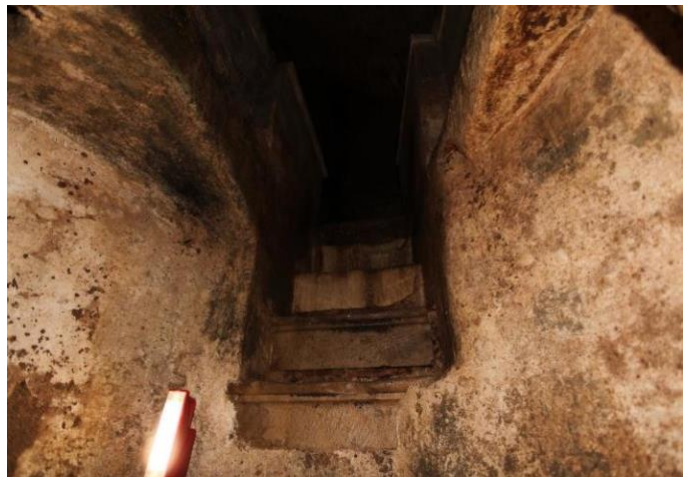
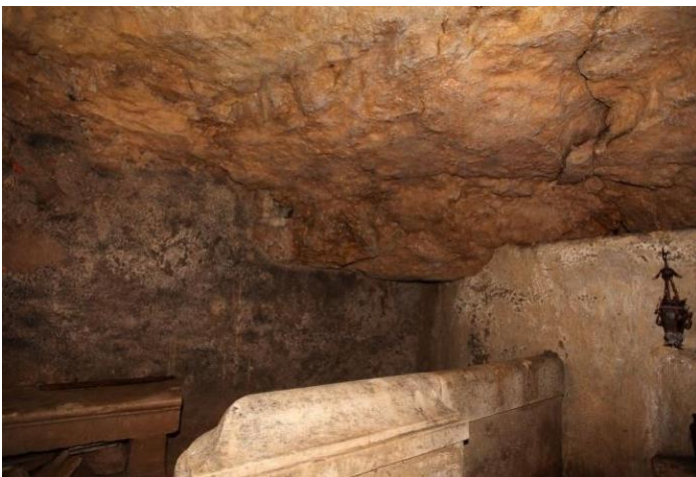
<sup>97</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=Epc5J5-DLR4> (consultado a 12/01/2023)



**Figura D:** Fotografias do *Mikveh* de Coimbra.



**Figura D:** Fotografias do *Mikveh* de Coimbra.



**Figura D:** Fotografias do *Mikveh* de Coimbra.

---

### **III. Atividades Realizadas no Estágio**

### III.I. Planificação de Tarefas: Proprietários do Edifício do *Mikveh*

No início do meu estágio, após uma reunião introdutória, foram apresentadas as tarefas a desenvolver durante o meu estágio, indicadas pela Dr.<sup>a</sup> Elisabete Carvalho, Chefe de Divisão de Museologia na CMC e minha orientadora de estágio no MMC. Inicialmente foi-me atribuído, como tema a abordar durante esse período de estágio, a exposição sobre o centenário da Biblioteca Municipal de Coimbra que teria lugar em dezembro de 2022.

Juntamente com a Dr.<sup>a</sup> Berta Duarte, historiadora e técnica superior da Divisão de Museologia na CMC, que já tinha iniciado o processo de investigação sobre a história dessa mesma instituição, reorganizei os conteúdos da mesma em diferentes painéis para que posteriormente fossem exibidos nessa exposição. No entanto, algumas semanas depois, foi-me proposto um novo tema que consistia em integrar uma equipa de investigação multidisciplinar composta por arqueólogos, geólogos, historiadores e outras áreas do saber para estudar o recém-descoberto *Mikveh*. Abandonei, portanto, a temática sobre o centenário da BMC.

Fiquei encarregado de iniciar o levantamento dos proprietários dos edifícios nas ruas adjacentes ao *Mikveh*, ou seja, rua Visconde da Luz, rua Corpo de Deus e a rua Martins de Carvalho (consultar Anexo D) com o intuito de descobrir a quem pertenciam os quintais que, ao dia de hoje, se encontram no espaço da Judiaria Velha de Coimbra.



**Figura E:** Os quintais localizados no espaço da Judiaria Velha de Coimbra.

---

Era de grande importância saber quem eram os donos atuais destes quintais, uma vez que se pretendia adquirir esses mesmos terrenos dada a forte possibilidade de também se conseguir localizar a sinagoga dessa judiaria e, também, por essa aquisição possibilitar uma melhor musealização do *Mikveh* para que este se tornasse, no futuro, um novo núcleo do MMC.

Primeiramente, a Dr.<sup>a</sup> Berta Duarte levou-me a visitar a exposição, de que é curadora, sediada no Pátio da Inquisição, intitulada “Judeus de Coimbra | Da Tolerância à Perseguição | Memórias e Materialidade” (realizada no âmbito dos 525 anos da promulgação do Édito de Expulsão de Judeus e Mouros de Portugal, a 5 dezembro de 1496, por D. Manuel I) para melhor perceber a história da comunidade judaica na cidade de Coimbra.



**Figura F:** Exposição - “Judeus de Coimbra | Da Tolerância à Perseguição | Memórias e Materialidade”.

Ainda no mesmo sentido, de conhecer simultaneamente os espaços do museu e ter uma visão mais abrangente da história de Coimbra, a Dr.<sup>a</sup> Raquel Magalhães, do MMC, levou-me a visitar os espaços do núcleo da Coleção Telo de Morais e do núcleo da Cidade Muralhada.

Com o contexto histórico realizado, comecei por me deslocar à Câmara Municipal de Coimbra para recolher o maior número de processos de obra existentes nessas três ruas. Posteriormente decidi, juntamente com a Dr.<sup>a</sup> Elisabete Carvalho, ir ao Arquivo



---

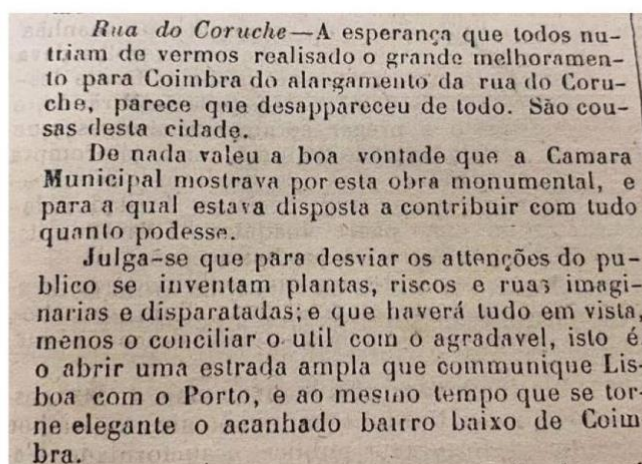
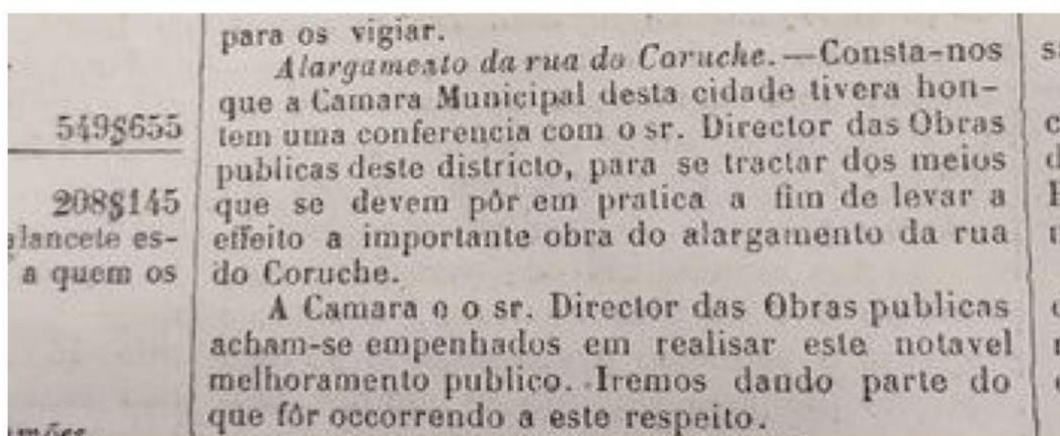
Histórico de Coimbra para recolher os números de matriz das respetivas propriedades. Com a ajuda da Dr.<sup>a</sup> Clara Sousa, arqueóloga da CMC, foi possível identificar vários proprietários de edifícios adjacentes ao edifício do *Mikveh*. A partir daí conseguimos perceber que todos esses pequenos quintais que se encontravam no interior e eram circundados pelos prédios dessas três ruas, eram, na verdade, apenas uma só parcela de terreno que era propriedade de um só dono graças à descoberta de um processo-obra que abrangia todo esse território.



**Figura G:** As parcelas de terreno que se achavam ser vários quintais com vários proprietários eram, afinal, um só quintal pertencente a um só dono.

Ao início, esta descoberta revelou-se, além de intrigante, entusiasmante pois facilitaria muito o contacto com o respetivo proprietário. Depois desta tarefa estar terminada, foi solicitado que começasse uma investigação em que se visava encontrar, até ao mais antigo possível, os diferentes proprietários que tiveram posse do edifício onde hoje se encontram os banhos judaicos. Para o efeito, comecei por abordar um estudo já feito pela Dr.<sup>a</sup> Luísa Silva, onde a mesma transcreveu algumas partes sobre as expropriações da Rua Visconde da Luz.

Juntamente com os documentos das expropriações, consultamos na Casa Municipal da Cultura periódicos do jornal “O Conimbricense” começando pela década de 1850, passando depois pela década de 60 até à década de 70.



**Figuras H:** Os planos para o alargamento da Rua de Coruche e alguns exemplos de expropriações

**Expropriações.**—Nesta semana tem-se procedido ás avaliações das propriedades para o alargamento da antiga rua do Coruche.

**Rua do Coruche.**—A botica da Misericórdia estabelecida na rua do Coruche já foi mudada para a rua dos Coutinhos. Igualmente já se andam mudando as famílias que residiam no antigo edificio da Misericórdia, e espera-se que brevemente comece alli a demolição. Os habitantes da rua do Coruche tem achado grandes difficuldades em obter casas, e são quasi fabulosos os preços que alguns proprietarios tem pedido pelas casas que lhes tem sido procuradas.

Por esta occasião devemos dizer que o *Tribuno Popular* foi mal informado quando disse que todos os habitantes já tinham casas. Apesar das maiores diligencias empregadas, ainda a maior parte nada tem podido obter; crescendo até que a alguns falharam as esperanças que tinham em abrir lojas no antigo refeitorio de Santa Cruz, actualmente a cargo da repartição das obras publicas.

Figuras H: Os planos para o alargamento da Rua de Coruche e alguns exemplos de expropriações.

NOTICIAS DIVERSAS.		NOTICIAS DIVERSAS.	
<p><i>Obras publicas</i>—Os jornaes pagos no mez de Agosto ultimo, pela direcção das Obras Publicas deste districto de Coimbra, são os seguintes:</p>		<p><i>Obras publicas no districto de Coimbra.</i>—Os jornaes pagos no mez d'Outubro pela Direcção das Obras Publicas no Districto de Coimbra, foram os seguintes:</p>	
Na estrada de Coimbra ao Alva...	12:834	Na estrada de Coimbra, ao Alva...	11:495
Na ponte do Sarzedo.....	2:415	Na ponte do Sarzedo.....	1:615
Na ponte de Villa Cova de Sub-Avô.....	322	Na ponte de Villa Cova de Sub-Avô.....	375
No alargamento da rua do Coruche.....	739	No alargamento da rua do Coruche.....	2:269
No estabelecimento do fio electrico entre Coimbra e Figueira.....	253	Nos reparos do edificio do Governo Civil.....	110
Na conservação da estrada da ponte da Pedra.....	364	Ditos no Paço Episcopal.....	127
Idem de Coimbra á Redinha.....	364	Na conservação da estrada de Coimbra á ponte da Pedra.....	548
Idem da Mealhada a Vizeu.....	140	No reparo do aqueducto dos Fornos.....	820
Nos reparos do Paço Episcopal.....	35	Na conservação da estrada de Vizen.....	205
Na construção d'um pontão proximo.....		Dita na de Coimbra á Redinha.....	422
		<i>Obras publicas no districto de Coimbra.</i> —O numero de jornaes pagos pela Direcção das Obras Publicas deste districto, no mez de Junho ultimo, foi o seguinte:	
		Na construção da estrada da Ponte da Musella.....	13:216
		No alargamento da rua do Coruche.....	307
		No estabelecimento do fio electrico para a Figueira.....	452
		Na construção da ponte do Sarzedo.....	910
		Na reparação da ponte de Villa Cova de Sub-Avô.....	218
		Na conservação da estrada do norte.....	430
		Na conservação da estrada do sul.....	304
		Nas obras do rio Mondego.....	1:190
		Total.....	17:027
		<i>Theses.</i> —Hontem e hoje defendeu the-	

Figura I: Alguns dos gastos mensais nas obras da Rua de Coruche em 1859.

E depois disto batem as palmas e applaudem-se os que com o seu voto sancionam laes immoralidades, e tamanhos abusos; ou os que abandonaram o seu posto com frivolos pretextos para se subtrair ao odioso de taes actos;—que o povo conhece-os sobejamente; sabe o que lhes deve, e o que delles pode esperar; porque sabe que tudo representam menos as verdadeiras necessidades e os interesses reais do paiz.

#### RECONSTRUÇÃO DA RUA DO CORUCHE.

*Suum cuique tribuere.*

Tem-se por ali alardeado, como um dos grandes beneficos do governo historico, a lei que as côrtes votaram para o alargamento da rua do Coruche desta cidade; e não fallaram até economicistas dos servicos valiosos, que se dizem prestados pelos representantes de Coimbra, a favor deste importantissimo melhoramento.

Vamos hoje tambem occupar-nos do assumpto, e relatar com severa imparcialidade a historia d'elle, para que o paiz saiba a quem se deve esta obra, uma das mais momentosas e gigantescas, que se tem concebido no districto de Coimbra.

Em 5 de Março de 1857 o benemerito Presidente da Camara Municipal desta cidade, o sr. Dr. Antonio Augusto da Costa Simões officiou ao Director das Obras Publicas do Districto, convidando-o a comparecer n'uma sessão para o fim de se combinar do commun accordo na melhor maneira de se levar a effeito o alargamento da rua do Coruche, obra da mais reconhecida utilidade publica, e de que se falla desde a entrada nesta cidade do Marquez de Pombal, quando veio reformar a Universidade.

Fez-se a sessão: appareceu o Director das Obras Publicas, e decidia-se—« que se representasse ao governo sobre a conveniencia e reconhecida vantagem para a cidade do alargamento da rua do Coruche », pedindo ao mesmo tempo a concessão do edificio da antiga Misericordia ao cimo da rua, para por elle principiar a obra; e bem assim que se nomeasse uma commissão encarregada de auxiliar aquelle pensamento, não só prestando as informações precisas para se orçar e despeza com as expropriações; se não tambem com o fim de insinuar os proprietarios e moradores na dita rua a prestarem-se de bom grado ás precisas expropriações, e a que se leve a effeito obra tão importante e transcendente.»

Em sessão da Camara Municipal de 19 de Março de 1857, estando presente o Director das Obras Publicas do Districto, e apresentando a planta da rua do Coruche, acompanhada da nota das casas comprometidas no melhoramento da mesma rua, nomeou-se a commissão em que se havia fallado na sessão de 5— commissão que ficou sendo composta dos srs. Antonio José Alves Borges, Dr. Francisco Antonio Diniz, Francisco da Silva Oliveira, e do Fiscal da Camara Francisco Antonio de Miranda.

A Camara mandou depois a planta da nova rua ao Conselho de Districto, e por accordo do 28 de Abril de 1857 foi esta approvada.

Aqui terminam os passos que deu a Camara transacta para conseguir o valioso melhoramento da rua do Coruche. Causas que a ninguem são estranhas, e nomeadamente a extrema penuria do cofre municipal concorreram poderosamente, se não foram o unico motivo de então não ter sido levada por diante esta obra grandiosa.

Começam agora e com a maior felicidade os esforços da actual Camara tendentes ao mesmo fim.

Em sessão de 1 de Fevereiro de 1858 a Camara adoptando a ideia do alargamento da rua do Coruche, e concordando com a planta feita pelo Director das Obras Publicas, encarregou o seu digno Presidente o sr. Dr. Raymundo Venancio Rodrigues de fallar ao Ministro das Obras Publicas, que n'essa occasião tinha por aqui passado em visita á estrada do Porto, na sua volta para esta cidade; sobre o melhor modo de proceder a este melhoramento; querendo todavia que n'essa occasião tribuisse tambem para uma obra, que alem de ser de in-

contestavel beneficio para o concelho, não é menos de utilidade geral, pois que liga as duas capitães de Lisboa e Porto, e fica situada na linha que percorre a mala-posta; e encarregou-o tambem de tractar com a Mesa da Santa Casa da Misericordia sobre a cedencia do antigo edificio situado n'aquella rua, e por onde naturalmente ha-to comecar a obra.

Em sessão de 6 de Fevereiro deu o Presidente da Camara conta da commissão de que fora incumbido, dizendo que depois de grandes esforços, sobre o quantum o governo havia de dar para aquelle melhoramento, viera ao accordo d'elle dar um terço e a Camara dois terços da despeza, emprestando o governo a esta em inscripções os dois terços necessarios. E sobre a outra parte da commissão de que fora incumbido, participou que não sendo o edificio do Collegio Novo, onde está a Misericordia, propriedade d'esta, ficara com o sr. Visconde da Luz, de este fazer as diligencias ao seu alcance para aquelle edificio ser dado definitivamente á corporação da Misericordia em treço do antigo situado na rua do Coruche, que devia ser concedido á Camara.

Esta approvou então o projecto para a reconstrução da rua do Coruche (que é o apresentado, primitivamente pelo governo ás côrtes), e em sessão de 13 de Fevereiro foi tambem approvado pelo Conselho Municipal.

A Mesa da Santa Casa da Misericordia convocou a assemblea geral da irmandade, a fim de lhe apresentar o projecto da Camara, e a irmandade resolveu ceder a parte do edificio necessario para o alargamento da rua, ficando com o resto d'elle e com os materiaes da parte expropriada—condição que foi envolvida no projecto.

O governo, a quem esse projecto foi mandado apresentar—o ás côrtes depois de grandes esforços do sr. Visconde da Luz, da Camara Municipal e do sr. deputado Pinto d'Almeida.

Onde está pois aqui o merito desse governo historico, que não só se não atreveu a propor o melhoramento, mas que esteve regateando com o Presidente da Camara actual sobre quanto devia dar para uma obra de incontestavel utilidade geral?

Que iniciativa teve o governo nesta obra? Que lhe custou para ser convertida em lei; que diligencias empregou, que beneficos prestou a Coimbra?

O governo se apresentou o projecto originario da Camara Municipal foi a isso impellido pela opinião publica, pelas necessidades da viação, e finalmente pelos urgentes pedidos dos que se interessaram na realisação desta obra monumental.

Coimbra pode dizer, com a fronte bem levantada, que não deve este melhoramento ao sr. Ministro das Obras Publicas; como até hoje lhe não deve beneficio algum, nem para dentro dos seus muros, nem para a area do seu districto.

A rua do Coruche faz-se pela iniciativa energica e civilisadora de duas Camaras, uma presidida pelo sr. Dr. Antonio Augusto da Costa Simões, outra pelo sr. Dr. Raymundo Venancio Rodrigues; faz-se porque a necessidade de ligar Lisboa e Porto levava o sr. Ministro á condescendencia de mandar para as côrtes um projecto de lei, que não era d'elle, porque nem para isso tinha habilidade, em que o governo concedia a Coimbra o favor especial de concorrer com um terço da despeza da reconstrução d'aquella rua, em quanto o ministerio do sr. Fontes reconhecendo a utilidade geral das expropriações na linha que percorre a mala-posta, mandou proceder á custa do thesouro ás de Condeixa, Caldas, Alcobaca, Leiria, etc.

Mas não. Temos sido injustos involuntariamente. Coimbra deve para a reconstrução da rua do Coruche um importante servico ao sr. Carlos Bento da Silva: é a portaria de 19 do corrente, antes da publicação da lei das côrtes, dirigida ao Director das Obras Publicas deste Districto, mandando proceder immediatamente á obra, sem attenção aos graves prejuizos que com tão disparatada ordem vae causar aos habitantes da rua, que difficilmente encontrarão nesta epocha outras moradas, e que pelo iniciativa do sr. Ministro estão sentenciados a ir habitar para o meio da rua!

Coimbra deve e hade por certo agradecer ao Ministro das Obras Publicas, o importante beneficio, que acaba de receber.

So  
rias al  
elle ce  
sor gr  
esforç  
los, r  
verso  
també  
vairai  
o bra  
da U  
do m  
U  
é a l  
ainde  
tem  
cento  
so n  
corp  
E  
so.  
Deu  
de al  
im  
múl  
mos  
can  
dão  
tade  
dro  
do l  
do  
se c  
com  
l'ar  
de  
um  
ver  
sej  
que  
ma  
dia  
tici  
e o  
da  
est  
sin  
go  
no  
po  
ta  
th  
de  
ca  
E  
hi  
pr

Figura J: Uma breve cronologia sobre o processo de melhoramento da Rua de Coruche.

---

A nossa pesquisa, dado a efemeridade do estágio, não nos levou até muito longe e, por conseguinte, não se revela muito completa, faltando muito para pesquisar e investigar. Os proprietários mais antigos que a nossa investigação revelou da rua Visconde da Luz, antiga rua de Coruche, data de 1857, nomeadamente Joaquim José da Costa Condeixa e Manoel José Ferreira Baptista (como se pode verificar no anexo E). Porém, a documentação existente não nos permite atribuir posses a proprietários em particular, uma vez que, para além de não sabermos todos os proprietários desta antiga rua de Coruche, a sua diferente configuração dificulta a compreensão dimensional e local do edifício onde foram encontrados os banhos judaicos. Tentámos durante a nossa investigação encontrar alguma notícia sobre as obras de alargamento que foram efetuadas e que provocaram a demolição integral ou parcial de vários edifícios, com fim a esclarecer sobre que imóvel correspondia ao atual edifício onde foi encontrado o *Mikveh* e/ou que nos pudesse esclarecer que edifícios detinham os proprietários encontrados na nossa investigação, mas tal não foi possível. Não podemos, através dos recortes de jornais que foram encontrados durante a presente investigação (Figuras H, I e J), confirmar a configuração exata dos edifícios da rua de Coruche nem antes nem depois das obras de melhoramento, uma vez que, os assuntos abordados eram ou de cariz financeiro ou meros artigos de opinião sobre a morosidade e utilidade da empreitada. As notícias que se poderiam vir a revelar úteis seriam as que incidissem sobre as expropriações dos proprietários da supracitada rua. No entanto, a única notícia que encontramos desse género é bastante vaga (meramente informativa sobre o início das expropriações) (Figura H) e em nada discrimina que proprietários e respetivos prédios estavam a ser expropriados.

No anexo E está o resultado da investigação, através da criação de uma tabela de Excel, no ponto em que cessamos funções no MMC.



**Figura K:** A antiga Rua de Coruche e o seu plano de transformação.

---

## **IV. A Rota das Judiarias**

---

#### IV.I. Proposta de Estágio: Inclusão do *Mikveh* de Coimbra na Rota das Judiarias

A 27 de Junho de 2014, realizou-se, no Museu Judaico de Belmonte, a assinatura de um contrato de projeto entre a Direção Regional de Cultura do Centro e a Rede de Judiarias de Portugal designado - “Rotas de Sefarad – Valorização da Identidade Judaica Portuguesa no Diálogo Interculturais”.

Este projeto nasce com o objetivo de dar destaque ao imenso património judaico português, valorizá-lo e recuperar a memória, perdida no século XX, sobre esta parte fundamental da nossa identidade enquanto nação. É ainda pretendido “dotar o território de meios, materiais e humanos, que permitam uma valorização económica e que sejam, também, motivadores e criadores de elos”<sup>98</sup>.

A história portuguesa é, em certa parte, influenciada na ciência, em aspetos político-culturais e sociais pela herança judaica. Ainda assim, e apesar de a Inquisição ter sido extinta na segunda década do século XIX, o tributo a essa herança e a sua aceitação não foram imediatos. Com a ditadura que aflorou em praticamente todo o século XX, continuou e, até aumentou o nível de antissemitismo que, apesar da suposta liberdade religiosa, fazia com que os judeus continuassem a preferir ficar nas sombras com medo das represálias sociais. A apresentação da candidatura deste projeto representou um momento especial na história desta relação entre a memória e identidade.

Ser a região do centro de Portugal a dar lugar a este projeto faz todo o sentido, dado ser esta uma das zonas onde a presença judaica mais se fez sentir entre os séculos V e XV.<sup>99</sup> A quantidade de judeus que exerciam profissões na área do comércio e material têxtil<sup>100</sup> em conjunto com a já forte presença pastorícia da região, contribuiu para que se impulsionasse aquela que agora é uma das suas áreas económicas de maior destaque, a indústria dos lanifícios.

O contributo da comunidade judaica portuguesa para o mundo e para o seu desenvolvimento foi relevante, tendo em conta as suas descobertas no ramo da ciência náutica, que permitiram que o nosso país embarcasse naquilo que foi o primeiro passo para a globalização, adicionalmente, foram também preponderantes também nos avanços da medicina e da economia mundial.<sup>101</sup>

---

<sup>98</sup> <https://www.culturacentro.gov.pt/pt/lista-de-rotas/rotas-de-sefarad/> (consultado a 07/09/2022)

<sup>99</sup> <https://observador.pt/2020/12/21/rota-das-judiarias-e-este-ano-que-a-vai-descobrir/> (consultado 07/09/2022)

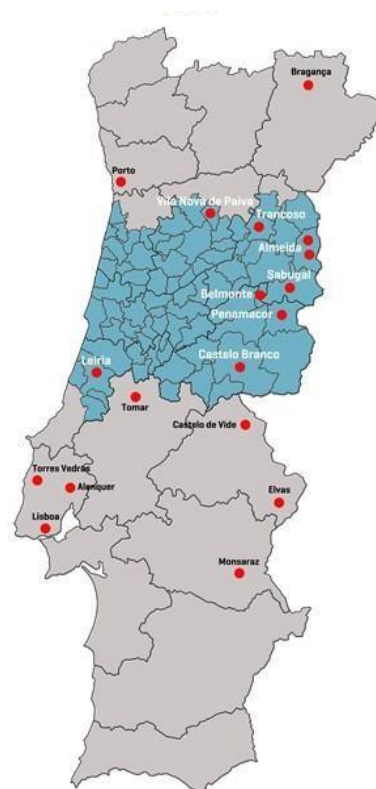
<sup>100</sup> <https://observador.pt/2020/12/21/rota-das-judiarias-e-este-ano-que-a-vai-descobrir/> (consultado 07/09/2022)

<sup>101</sup> <https://www.redejudiariasportugal.com/index.php/pt/> (consultado a 13/12/2022)



A criação da Rede de Judiarias e a apresentação ao EEA Grants, um mecanismo financeiro do espaço económico europeu, revela que este grupo de municípios tomou consciência da importância da memória desta comunidade, tão essencial para o desenvolvimento da região que, coadjuvados por entidades de turismo e pelas duas mais significativas comunidades judaicas nacionais, decidiram iniciar este projeto.

Com a criação da Rota Sefardita, era pretendido que, para além da valorização da herança judaica nesta região e no país, estes municípios se transformassem numa força significativa no turismo nacional ao serem pioneiros neste turismo focado num nicho que é economicamente exigente, por um lado, mas altamente lucrativo pelo outro.



**Figura L:** Mapa das cidades da Região Centro de Portugal na Rota das Judiarias.

Assim, “todas as ações que compõem este projeto tiveram uma linha ética definidora fortíssima”<sup>102</sup>. Se com a Inquisição, começou no interior do país uma desertificação e abandono que chegaram aos dias de hoje, este Projeto, pelo contrário, potenciou a anulação dessas sistemáticas<sup>103</sup>.

As comunidades do interior desta região tornaram-se assim atraentes do ponto de vista turístico, oferecendo um tipo de turismo diferenciado que veio contribuir para revitalizar a economia local e a recuperação de espaços museológicos ou interpretativos.

Ao todo, 16 municípios, em Trás-os-Montes, no Centro e no Alentejo estão hoje dotados de equipamentos dedicados à memória sefardita, expondo a presença judaica nesses locais e mostrando simultaneamente, porque lhe está intrinsecamente ligada, a história das localidades.

<sup>102</sup> <https://www.culturacentro.gov.pt/pt/lista-de-rotas/rotas-de-sefarad/> (consultado a 07/09/2022)

<sup>103</sup> <https://www.culturacentro.gov.pt/pt/lista-de-rotas/rotas-de-sefarad/> (consultado a 07/09/2022)

---

Tratando-se de espaços enraizados nas memórias locais e regionais, as exposições fazem a ponte com o global que os sefarditas ajudaram a criar.

A minha proposta consiste em adicionar o recém-descoberto *Mikveh* à Rota da Judiarias Portuguesas, projeto esse onde o município de Coimbra já se encontra entrosado, através da criação de uma oferta de turismo integrada, com a criação de um roteiro pelo património judaico de Coimbra e respetiva história, assim como a criação de um modelo de turismo sustentado à volta do turismo religioso judaico, um pouco como aquele que foi criado à volta da Universidade de Coimbra com o turismo académico.

Como já foi possível demonstrar no capítulo anterior, Coimbra tem uma riquíssima história que está intrinsecamente ligada à comunidade judaica sefardita. É impossível dissociar estes dois contextos e, por isto, é cada vez mais relevante a valorização atribuída à herança judaica da cidade. Isto é demonstrado através de exposições nomeadamente a que se encontra no Pátio da Inquisição, de autoria da Dr.<sup>a</sup> Berta Duarte.

O achado do *Mikveh* veio unificar ainda mais estas duas histórias que se cruzaram na cidade. Ademais, um achado tão importante, valioso e com a raridade de um *Mikveh*, atualmente caso único no nosso país e um dos poucos na Europa, vem acrescentar valor não só ao património histórico da cidade coimbrã, mas a toda a região centro, ao país e ao próprio projeto da “Rota das Judiarias”. Adicionalmente, como referido no primeiro capítulo, musealizar o *Mikveh* traria benefícios a nível educacional, social e económico. Por conseguinte, faz todo o sentido que este monumento, pelo seu valor simbólico, pela sua singularidade, pela sua antiguidade e também pelo seu excecional estado de conservação, integre a Rota das Judiarias, que tão bem valoriza a região Centro.

Ao dia de hoje continuam a ser escassos, na Europa e no mundo, os *Mikvés* descobertos. Na Europa sabemos da existência de alguns como os *Mikvés* em Besalú e em Girona, na província da Catalunha, em Montpellier, em Londres (sendo este de uso privado), em Estrasburgo (França), vários na Alemanha onde o mais antigo é o de Speyer datado de 1128<sup>104</sup>, em Palermo (Itália) que se sabe ser datado antes de 1071,

---

<sup>104</sup> <https://www.speyer.de/en/tourism/planning-and-booking/tours/guided-tours/guided-tours-in-historical-sights/jewish-court-with-museum-schpira-and-mikveh/> (consultado em 12/01/2023)

---

provavelmente no século X<sup>105</sup> e em Siracusa, onde se encontra o mais antigo *Mikveh* da Europa datado entre meados do século VI e VII<sup>106</sup>.

Apesar destes exemplos, concentremo-nos nos *Mikvés* de Besalú e Girona, pois são os exemplos mais próximos da realidade portuguesa seja a nível económico, social e, mais importante, cultural e de como podemos aproveitar estes casos para rentabilizar não só o fator museológico do *Mikveh* de Coimbra, mas também a sua integração em rotas turísticas tais como a Rota das Judiarias portuguesa.



**Figura M:** *Mikveh* de Besalú.



**Figura N:** *Mikveh* de Girona.

Os *Mikvés* de Besalú e Girona foram descobertos em 1964 e 2014, respetivamente. Devido à ainda “fresca” descoberta do *Mikveh* de Girona, este não possui uma oferta turística pois ainda não está aberto ao público. Pelo contrário, no de Besalú, descoberto em meados do século passado, já é possível enveredar por toda uma oferta turística direcionada para o mesmo. Este *Mikveh* do século XII, aberto a visitas do público desde 1977<sup>107</sup>, está integrado numa experiência turística que alberga uma viagem com a duração de um dia inteiro pela herança judaica da Catalunha mais concretamente nos municípios de Girona e de Besalú<sup>108</sup>.

---

<sup>105</sup> <http://www.bestofsicily.com/mag/art421.htm> (consultado em 12/01/2023)

<sup>106</sup> <http://www.bestofsicily.com/mag/art421.htm> (consultado em 12/01/2023)

<sup>107</sup> <https://jguideurope.org/en/region/spain/catalonia/besalu/> (consultado em 12/01/2023)

<sup>108</sup> <https://www.viator.com/pt-PT/tours/Girona/Girona-and-Besalu-Jewish-Tour/d23015-8444P6> (consultado em 12/01/2023)

---

A rota inclui um passeio pelas ruas medievais, quase inalteradas, da província de Girona e uma visita ao Museu de História Judaica desse mesmo município seguindo posteriormente para o município de Besalú, zona onde está documentado que pelo menos desde 1229 existia uma comunidade de judeus que vivia misturada com os cristãos até ao século XV, altura da sua expulsão do reino e que em 1342 contava com mais de 200 pessoas, um número correspondente a um quarto da população e que, provavelmente devido a essa dimensão, ficaram independentes da comunidade de Barcelona<sup>109</sup>. Aí, em Besalú, visita-se o *Mikveh* que provavelmente pertenceu à sinagoga que aí existia, no lugar onde atualmente fica a *Plaça Dels Jueus* (Praça dos Judeus).



**Figura O:** Museu da História Judaica de Girona.

Com este exemplo conseguimos tirar algumas ilações para fazer um projeto semelhante com o *Mikveh* de Coimbra. Não faria sentido criar um trajeto/rota que englobasse um passeio turístico pelas zonas onde o património judaico esteve e está presente? Não seria viável fazer um trajeto que englobasse a Judiaria Velha, a Judiaria Nova, o Pátio da Inquisição e a sua exposição sobre os Judeus já transformada de temporária em “semi temporária” quase que como um núcleo não oficial do MMC sobre

---

<sup>109</sup> Carretero, C. S. (2016). International Colloquium on Rabbis and Synagogues in the Mediterranean Context: A Summary. *Miscelánea de Estudios Árabes y Hebraicos. Sección Hebreo*, 65, 157-161.

---

a história da comunidade judaica de Coimbra, acabando a visita no *Mikveh*? Não só me parece bastante viável como também bastante recomendável e rentável.

Contudo, um roteiro de cariz privado liderado por um guia não me parece, por si só, um chamamento suficientemente atrativo para captar o turista religioso judaico e fixar o mesmo na cidade de Coimbra por uns dias. É preciso algo mais para que Coimbra não seja uma cidade com um turismo “de passagem” onde as pessoas chegam durante o dia para visitar, mas pernoitam noutra cidade. É necessário compreender o que é um turista religioso e o que o mesmo pretende. É aí que entra o exemplo da vila de Belmonte.

#### **IV.II. Turismo e Turistas Religiosos**

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT) aquilo que se designa como turismo “é uma deslocação para fora do local de residência por período superior a 24 horas e inferior a 60 dias que não é motivado por razões económicas”. A OMT define ainda que o setor do turismo é “o terceiro maior sector exportador mundial onde é apenas ultrapassado pelas indústrias petrolífera e automóvel”<sup>110</sup>.

No entanto, de acordo com Rute Gonçalves, “não é suficiente combinar religião e turismo para definir turismo religioso”<sup>111</sup>. Não há uma definição consensual sobre o que é ou não turismo religioso, mas há mais ao menos unanimidade em reconhecer que há uma relação de interdependência entre o turismo religioso e o turismo cultural<sup>112</sup>.

A mesma Rute Gonçalves, citando Knyszewski, afirma que o turismo religioso é “uma das formas mais antigas de turismo” e que no caso da religião judaica não existe o conceito de peregrinação como existe nas outras religiões do livro e no budismo fazendo com que o turismo para esta comunidade se baseie na procura da história judaica ao invés da prática da religião<sup>113</sup>.

Já foi percebido por várias zonas e localidades do planeta de que este nicho de turismo pode ser bastante rentável e de enorme potencial o que faz com que cada vez mais haja planos especificamente criados para estes turistas.

---

<sup>110</sup> Oliveira, M. (2014). *A influência dos eventos na taxa de ocupação hoteleira: study case-Montebelo Viseu Hotel & Spa* (Dissertação de mestrado).

<sup>111</sup> Gonçalves, R. S. V. (2011). *Turismo religioso judaico: o caso de Belmonte* (Dissertação de mestrado, Universidade da Beira Interior (Portugal)).

<sup>112</sup> Gonçalves, R. S. V. (2011). *Turismo religioso judaico: o caso de Belmonte* (Dissertação de mestrado, Universidade da Beira Interior (Portugal)).

<sup>113</sup> Gonçalves, R. S. V. (2011). *Turismo religioso judaico: o caso de Belmonte* (Dissertação de mestrado, Universidade da Beira Interior (Portugal)).

---

Deve-se entender que o perfil do “turista religioso” dos dias atuais abrange muito mais que propósitos unicamente religiosos. Este pode ser motivado por “experiências culturais ou por meras visitas históricas que fazem parte de uma viagem mais abrangente”<sup>114</sup>.

Concluem, então, diversos autores, que há dois fatores que determinam as motivações dos turistas: o fator sociopsicológico onde a vontade e motivação do turista tem origem no ato de viajar em si, o chamado “Push” e os “Pull” onde são as influências que estão no destino a motivação do turista<sup>115</sup>.

#### **IV.III. Turismo Religioso Judaico em Belmonte**

Em Belmonte existe uma comunidade judaica muito forte. Esta é, provavelmente, a localidade portuguesa onde a comunidade judaica é mais sentida mesmo que na última década esta tenha descido de 140 pessoas para 45<sup>116</sup>. Esta comunidade está aí estabelecida desde a Idade Média e cresceu ainda mais quando, em 1492, os Reis Católicos assinam o Decreto de Alhambra causando a consequente expulsão dos Judeus de terras castelhanas e estes, devido à sua proximidade geográfica com o Reino de Castela, refugiam-se em Belmonte.

No entanto, logo depois, em finais de 1496, D.Manuel I promulga o decreto de expulsão de judeus e muçulmanos do território nacional sob pena de morte. A única alternativa seria a conversão. Estes são chamados de “marranos” como já referido anteriormente. Para muitos destes conversos “conversão forçada não teria grande significado sob o ponto de vista moral, uma vez que, segundo vários teólogos, a preservação da vida admite a quebra de preceitos religiosos”<sup>117</sup> mas que ainda assim mantinham, secretamente, a religião judaica. Nasce assim o criptojudaísmo português.

Convertidos, como forma de sobrevivência, “durante séculos os “marranos” de Belmonte mantiveram as suas tradições judaicas quase intactas, tornando-se um caso excecional de comunidade criptojudaica”<sup>118</sup>.

---

<sup>114</sup> Gonçalves, R. S. V. (2011). *Turismo religioso judaico: o caso de Belmonte* (Dissertação de mestrado, Universidade da Beira Interior (Portugal)).

<sup>115</sup> McGettigan citado por Malheiros, A. P. S. (2012). *Presença judaica em Belmonte: assunção identitária local: contributos e constrangimentos para uma oferta turística integrada* (Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico de Leiria (Portugal)).

<sup>116</sup> <https://rr.sapo.pt/especial/religiao/2022/02/14/judeus-em-belmonte-hoje-ha-mais-gente-da-nossa-comunidade-em-israel-que-aqui/272257/> (consultado a 23-12-2022)

<sup>117</sup> Gonçalves, E. (2016). *Museu Judaico de Belmonte. Memória e Identidade Criptojudaica* (Dissertação de mestrado)).

<sup>118</sup> <https://cm-belmonte.pt/historia/comunidade-judaica-em-belmonte/> (consultado a 23-12-2022)

---

A comunidade judaica de Belmonte foi resistindo e perdurando ao longo dos tempos pois muitos cristãos-novos aí localizados “continuavam a casar-se apenas entre si”<sup>119</sup> e só no século XX retomaram o contacto com os judeus de Israel, adotando assim o Judaísmo como a sua religião oficial.

Com este fator que tão diferencia Belmonte do resto do panorama nacional, este concelho começou a explorar e a rentabilizar o nicho de mercado que é o turismo religioso judaico.

Belmonte é a sede da Rede de Judiarias de Portugal<sup>120</sup>. A Rede das Judiarias – Rotas de Sefarad “é uma associação com carácter público mas de direito privado e que tem por fim uma actuação conjunta, na defesa do património urbanístico, arquitectónico, ambiental, histórico e cultural, relacionado com a herança judaica”<sup>121</sup>.

Belmonte utiliza este tipo de turismo como o seu principal meio de atração de novos visitantes. O próprio concelho transforma-se e adapta o seu quotidiano à comunidade judaica e ao turismo religioso judaico. É possível encontrar várias lojas de comércio tradicional a vender mercadoria exclusivamente judaica, desde produtos alimentares a artesanato, assim como artefactos religiosos e entre outros<sup>122</sup>. O concelho criou um novo mercado para ir de encontro às necessidades da comunidade judaica para que esta se fixe em Belmonte e para que haja uma maior atratividade para os turistas religiosos judaicos. Existe até um hotel *kosher* em Belmonte, o “Belmonte Sinai Hotel” onde os hóspedes podem usufruir de tudo o que precisam para manterem o seu estilo de vida religioso.

Houve uma clara consciencialização por parte desta vila portuguesa que a sua concorrência não era só nacional/regional, onde se encontra numa posição de destaque devido às características da sua comunidade, mas sim global e que, portanto, seria

---

<sup>119</sup> Malheiros, A. P. S. (2012). *Presença judaica em Belmonte: assunção identitária local: contributos e constrangimentos para uma oferta turística integrada* (Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico de Leiria (Portugal)).

<sup>120</sup> Malheiros, A. P. S. (2012). *Presença judaica em Belmonte: assunção identitária local: contributos e constrangimentos para uma oferta turística integrada* (Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico de Leiria (Portugal)).

<sup>121</sup> <https://www.redejudiariasportugal.com/index.php/pt/> (consultado a 23-12-2022)

<sup>122</sup> Malheiros, A. P. S. (2012). *Presença judaica em Belmonte: assunção identitária local: contributos e constrangimentos para uma oferta turística integrada* (Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico de Leiria (Portugal)).

---

necessário investir fortemente no seu património judaico e na rentabilização deste mesmo património para que houvesse uma captação do interesse do turista religioso<sup>123</sup>.

Um dos investimentos fundamentais neste trabalho especializado desenvolvido pela Câmara Municipal de Belmonte foi a criação do Museu Judaico de Belmonte. O Museu Judaico de Belmonte traz consigo uma multiplicidade de fatores que atraem o público devido ao património histórico e cultural que possuem para além da experiência que permitem ao turista vivenciar. Como diz Ana Paula Malheiros na sua dissertação: *“Há ainda outro grande benefício: gera um sentimento de orgulho para as comunidades e de admiração por parte dos visitantes, bem como uma aura de respeito entre os diferentes grupos.”*<sup>124</sup>

Este museu foi o primeiro do seu género a ser criado em Portugal<sup>125</sup>. É um contributo fundamental naquilo que tornou Belmonte na atração de turismo *kosher* devido ao importante retrato que este apresenta sobre a história e cultura judaica da comunidade judaica portuguesa. Segundo a Câmara Municipal de Belmonte, o Museu Judaico de Belmonte foi visitado por dezasseis mil pessoas em dois anos, um número estrondoso, dada a dimensão e posição geográfica da vila, e bem representativo do sucesso que um museu deste tipo pode ter.



**Figura P:** Museu Judaico de Belmonte.

---

<sup>123</sup> Malheiros, A. P. S. (2012). *Presença judaica em Belmonte: assunção identitária local: contributos e constrangimentos para uma oferta turística integrada* (Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico de Leiria (Portugal)).

<sup>124</sup> Malheiros, A. P. S. (2012). *Presença judaica em Belmonte: assunção identitária local: contributos e constrangimentos para uma oferta turística integrada* (Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico de Leiria (Portugal)).

<sup>125</sup> [https://cm-belmonte.com/q\\_node/126/](https://cm-belmonte.com/q_node/126/) (consultado a 3/01/2023)



Se, de Besalú, conseguimos retirar como rentabilizar um município que possui um Mikveh medieval, de Belmonte conseguimos aprender como é que uma pequena vila, no interior do país, consegue aproveitar o seu património e tradição judaica para competir turisticamente, à escala global, com outros destinos de muito maior dimensão.

Percebemos que se uma vila como a de Belmonte consegue ser uma referência no nicho de mercado que é o turismo religioso por causa da sua história, Coimbra aliando o seu passado ao seu património, onde agora se inclui o *Mikveh*, tem capacidade para ser uma superpotência.

Se, conjuntamente com a criação do roteiro previamente abordado, se aliar a implementação de um mercado desenvolvido à volta do turista religioso judaico através da criação de um comércio alimentar, de mercadorias, de artefactos religiosos, assim como de infraestruturas hospedeiras que suprimam na totalidade as necessidades e demandas indispensáveis ao cumprimento da tradição e ritos da religião judaica por parte dos seus devotos para que estes se consigam fixar na cidade, usufruindo de uma plenitude de condições para realizarem o seu quotidiano religioso, é muito provável que Coimbra consiga exponenciar como nunca antes, não só o seu mercado turístico, como também o seu alcance global.



**Figura Q:** Mapa ilustrativo da proposta do roteiro.

---

## **Conclusão**

---

Este relatório quis contribuir para o conhecimento sobre o *Mikveh*, descoberto em 2013 na zona da Judiaria Velha de Coimbra, demonstrando o seu valor incalculável e como este poderá vir a ser um ativo importante para o MMC caso se parta para a sua musealização, ganhando uma nova importância e renome enquanto museu, tornando-se assim muito mais preponderante no cenário nacional, mas também internacional, dos museus municipais.

O MMC é um ponto de referência na cidade de Coimbra, tanto a nível cultural como a nível social. Este deve assumir uma consciencialização social com a sua preocupação na inclusão, representatividade e na sua afirmação enquanto espaço de memória da multiculturalidade da cidade de Coimbra.

O *Mikveh* apresenta-se, portanto, como uma oportunidade imperdível e indispensável para a CMC e também para o MMC valorizar e cimentar a sua função enquanto agente cultural e aberto à multiculturalidade e o seu dever enquanto espaço de conservação, de estudo e de divulgação. No futuro, uma possível criação de um novo núcleo do MMC dedicado à memória sefardita, com o *Mikveh* a desempenhar o papel de “*magnum opus*” deste, traria um maior destaque para o museu e a atração de um novo público que se insere num nicho de turismo religioso que daqui adviria.

Durante este período de estágio era pretendido que se descobrisse os proprietários do quintal que se localiza nas traseiras do prédio em que foi encontrado o *Mikveh*, o que foi conseguido. Posteriormente, era desejado que a nossa pesquisa revelasse os antigos proprietários desse mesmo edifício na esperança de conseguirmos remontar até ao reinado de D. Fernando, encontrando assim o proprietário do edifício em questão nessa altura.

No entanto, dada a efemeridade do estágio, essa pesquisa não nos levou até muito longe e, por conseguinte, não se revela muito completa, faltando muito para pesquisar e investigar.

Este relatório pretende, ainda, integrar o *Mikveh* de Coimbra na já existente Rota das Judiarias, criada pelo Turismo do Centro juntamente com as duas maiores comunidades judaicas nacionais e outros municípios, pelo valor histórico que este representa não só para a cidade e para a sua região, mas, numa ótica mais abrangente, para todo o país.

Os achados no que aos *Mikvés* dizem respeito são uma raridade. É, portanto, pela sua singularidade, pela sua antiguidade, pela sua imaterialidade, pelo seu estado de conservação excecional e pelo papel essencial que o *Mikveh* representa para a religião judaica, não sendo sequer possível a criação de uma comunidade judaica fixada sem a

---

existência do mesmo, que se pretende que esta estrutura religiosa seja integrada na Rota das Judiarias.

Um projeto destinado a honrar a memória dos judeus sefarditas que não inclua um monumento com o património histórico-judaico que o Mikveh apresenta, assim como a magnitude que este representa para a religião judaica e os seus praticantes, irá, sem dúvida, perder muito da sua credibilidade e valor.

---

## Bibliografia

Alarcão, J. (2009). As judiarias de Coimbra. *Coimbra Judaica: actas*.

Carvalho, P. S. M. (2012). O desempenho dos museus em Portugal.

Carretero, C. S. (2016). International Colloquium on Rabbis and Synagogues in the Mediterranean Context: A Summary. *Miscelánea de Estudios Árabes y Hebraicos. Sección Hebreo*, 65, 157-161

Cazelli, S., Marandino, M., & Studart, D. (2003). Educação e comunicação em museus de ciência: aspectos históricos, pesquisa e prática. *Educação e Museu: a construção social do caráter educativo dos museus de ciências*. Rio de Janeiro: FAPERJ, Editora Access.

Delicado, A. (2008). Produção e reprodução da ciência nos museus portugueses. *Análise Social*, 43(186), 55–77. Doi: <http://www.jstor.org/stable/41012621>

Fernández, L. A., & Holo, S. R. (1993). *Museología: introducción a la teoría y práctica del museo*. pg47. Istmo.

Ferro, M. J. P. (1979). *Os Judeus em Portugal no século XIV*. Guimarães.

Gaarder, J. (2007) O livro das religiões. Lisboa: Ed. Presença.

Gomes, S. (2003). A comunidade judaica de Coimbra medieval. *Coimbra: INATEL*.

Gonçalves, E. (2016). *Museu Judaico de Belmonte. Memória e Identidade Criptojudica* (Dissertação de mestrado).

Gonçalves, R. S. V. (2011). Turismo religioso judaico: o caso de Belmonte (Dissertação de mestrado, Universidade da Beira Interior (Portugal)).

Grossman, S. (2021). Mikveh and the Sanctity of Being Created Human. In *Hakol Kol Yaakov* (pp. 67-110). Brill.

---

Hein, G. E. (1998). *Learning in the Museum*, Londres-Nova York, Routledge, p. 3.

Pereira, A. F. D. Jesus (2016). *O Museu Municipal de Coimbra: Contributos para o Programa do Núcleo Museológico do Carro Elétrico* (Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra).

Malheiros, A. P. S. (2012). *Presença judaica em Belmonte: assunção identitária local: contributos e constrangimentos para uma oferta turística integrada* (Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico de Leiria (Portugal)).

Mendes, J. A. (1999). O papel educativo dos museus: evolução histórica e tendências actuais. *Didaskalia*, 29(1-2), 667-692.

Oliveira, M. (2014). *A influência dos eventos na taxa de ocupação hoteleira: study case-Montebelo Viseu Hotel & Spa* (Dissertação de mestrado).

Raposo, A. C. C. (2017). *Museu Municipal de Coimbra-Princípios para uma museologia inclusiva e participativa* (Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra).

Risman, A. (1997). Alguns aspectos da sexualidade no judaísmo. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, 8(1).

Scott, C. (2006), “Museums: impact and value”, *Cultural Trends*, Vol. 15, pp. 45–75.

Šimík, R. (2009). *Os Judeus na Sociedade Portuguesa dos séculos XIV e XV. Monografia de Graduação*. Departamento de Línguas e Literaturas Românicas, Faculdade de Filologia, Universidade de Masaryk, Brno (República Tcheca).

de Sousa, I. C. (2007) *Tensões e interações entre judeus e cristãos em Portugal no final do século XV*.

---

Soyer, F. (2013). *A Perseguição aos Judeus e Muçulmanos de Portugal-D Manuel I e o Fim da Tolerância Religiosa (1496-1497)*. Edições 70.

Tavares, M. J. P. F. (2010). *As judiarias de Portugal*. Clube do Coleccionador dos Correios.

Tavares, M. J. P. F. (1982). *Os judeus em Portugal no século XV (Vol. 1)*. Universidade nova de Lisboa, Faculdade de ciencias sociais e humanas.

Tavares, M. J. F. (2014). *Judeus de Castela em Portugal no final da Idade Media: onomástica familiar e mobilidade*. *Sefarad*, 74(1), 89-144.

Vaz, A. S. (2021). *Judeus, cristãos, muçulmanos: o comum às três religiões monoteístas*. *Ad Aeternum*, 1(2), 9-38.

---

## Webgrafia

<https://www.wikiwand.com/pt/Mikv%C3%A1>

<https://rr.sapo.pt/especial/religiao/2022/02/14/judeus-em-belmonte-hoje-ha-mais-gente-da-nossacomunidade-em-israel-que-aqui/272257/>

[https://cm-belmonte.com/q\\_node/126/](https://cm-belmonte.com/q_node/126/)

<https://cm-belmonte.pt/historia/comunidade-judaica-em-belmonte/>

<https://www.youtube.com/watch?v=Epc5J5-DLR4>

<https://www.cm-coimbra.pt/areas/visitar/ver-e-fazer/museus/museu-municipal>

<https://www.jn.pt/local/noticias/porto/porto/comunidade-judaica-do-porto-e-sociedade-historica-promovem-encontro-13528144.html>

<https://observador.pt/especiais/o-dia-em-que-os-judeus-foram-expulsos-de-portugal/>

<https://www.dicionariodesimbolos.com.br/simbolos-judaicos/>

<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/>

<https://www.centerofportugal.com/pt/article/coimbra-judaica>

<https://agenda.uc.pt/eventos/banhos-judaicos-de-purificacao-i-proposta-de-descodificacao-do-mikveh-da-judiaria-velha-de-coimbra/>

<https://www.publico.pt/2013/12/26/culturaipilon/noticia/banhos-judaicos-medievais-descobertos-em-coimbra-1617489?page=-1&fbclid=IwAR0a3RTZ5iWbzfnG1kmRS3aBbBYs9VRKZr0c1KEIYNiF1TteVYC09v-ZHXo>



---

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/>

<https://www.asbeiras.pt/2020/10/coimbra-edificio-dos-banhos-judaicos-e-ja-da-camara/>

[http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/conservacao\\_e\\_restauracao\\_lj/lei\\_47-2004.pdf](http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/conservacao_e_restauracao_lj/lei_47-2004.pdf)

<https://www.patrimonio.pt/post/em-torno-da-defini%C3%A7%C3%A3o-de-museu-do-icom-li%C3%A7%C3%B5es-a-partir-de-quito>

<https://www.publico.pt/2022/08/24/culturaipilon/noticia/icom-aprova-nova-definicao-museu-voltada-inclusao-sustentabilidade-2018198>

<https://icom.museum/en/resources/standards-guidelines/museum-definition/>

<https://www.culturacentro.gov.pt/pt/lista-de-rotas/rotas-de-sefarad/>

<https://observador.pt/2020/12/21/rota-das-judiarias-e-este-ano-que-a-vai-descobrir/>

<https://www.culturacentro.gov.pt/pt/lista-de-rotas/rotas-de-sefarad/>

<http://icom-portugal.org/pagina,123,152.aspx>

<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/>

<https://apmuseologia.org/about/>

<https://icom-portugal.org/2019/09/10/sobre-a-proposta-da-nova-definicao-de-museu/>

<https://www.redejudiariasportugal.com/index.php/pt/>

<https://www.speyer.de/en/tourism/planning-and-booking/tours/guided-tours/guided-tours-in-historicalsights/jewish-court-with-museum-schpira-and-mikveh/>

---

<http://www.bestofsicily.com/mag/art421.htm>

<http://www.bestofsicily.com/mag/art421.htm>

<https://jguideurope.org/en/region/spain/catalonia/besalu/>

<https://www.viator.com/pt-PT/tours/Girona/Girona-and-Besalu-Jewish-Tour/d23015-8444P6>

---

## **Anexos**

---

Anexo A – Lei-Quadro dos Museus Portugueses

<b>Lei-Quadro dos Museus Portugueses define:</b>
Princípios da Política Museológica Nacional
Estabelece o regime jurídico dos museus portugueses
Promove o rigor técnico e profissional das práticas museológicas
Institui mecanismos de regulação e supervisão da programação, criação e transformação de museus
Estabelecer os direitos e deveres das pessoas coletivas públicas e privadas de que dependam museus
Promover a institucionalização de formas de colaboração inovadores entres instituições públicas e privadas tendo em vista a cooperação científica e técnica e o melhor aproveitamento possível de recursos dos museus
Direito de propriedade de bens culturais incorporados em museus
O direito de preferência de bens e o regime de expropriação e estabelecer as regras de credenciação de museus

Fonte: LQMP.

## Anexo B – Descrição das Responsabilidades dos Museus

<b>Responsabilidades dos Museus</b>
Instituições ao serviço da sociedade e do interesse público, devem afirmar-se como veículos de melhoramento social.
No futuro, será cada vez mais uma instituição radical e participativa no coração da sua comunidade que, para além da função educativa, conduzirá à mudança social.
Preocupação com as necessidades das comunidades em que estão inseridos e com o seu respetivo desenvolvimento, redefinindo estratégias museológicas de resposta aos desafios da contemporaneidade.
Devem assumir-se como agentes de mudança e inclusão social. Estabelecendo-se como espaços inclusivos, em particular, para aqueles que são sub-representados e marginalizados.
Procurar transmitir uma sensação de segurança e ser um espaço acolhedor.
Os museus municipais devem não só representar, educar e explanar a história do município e municípios, como também funcionar como centros cívicos.
Não deve viver apenas do passado. Pode ser um local onde se encontrem respostas, opiniões e experiências, sítios onde as histórias humanas predominem.
Promover mensagens humanitárias e que incentivem o progresso em questões relevantes como, por exemplo, os direitos humanos.

## Anexo c – Tabela de Benefícios dos Museus

<b>Individuais</b>	<b>Sociedade</b>	<b>Economia</b>
Aprendizagem pessoal única	Locais de interação	Geração de emprego
Fonte de inspiração e prazer	Acesso ao passado	Aquisição de serviços
Desenvolvimento de perspetivas pessoais	Apoio para o sistema educacional	Atração de turistas
Desenvolvimento de conhecimentos e competências pessoais	Oportunidades de lazer	Geração de rendimentos e estímulo da economia local
	Sensibilização para questões sociais	Efeito multiplicador na economia
	Inclusão e coesão social	Contribuição para a regeneração urbana
	Contribuição para a identidade da localidade	Contribuição para a marca cívica
	Parâmetro de referência para avaliar o progresso	Atração de investimentos
	Aumento das capacidades sociais e intelectuais	Contribuição para uma sociedade mais esclarecida
	Contribuição para a obtenção de novos conhecimentos	Desenvolvimento de capacidades culturais através de parcerias
	Maior compreensão do Mundo	

Fonte: Adaptado de Scott (2006)

---

## Anexo D – Excel: Proprietários

Rua	Nº de polícia	Proprietário	Nºde Matriz
Visconde da Luz		1 A Previdência Portuguesa - Associação Mutualista	1091
Visconde da Luz		23 e 25 Anabela de Sá Marques e Vitor de Sá Marques	198
Corpo de Deus		35 Vítor Miguel Dias Alves Lucas	147
Corpo de Deus		39 e 41 Vítor Miguel Dias Alves Lucas	1593
Corpo de Deus		42 Santa Casa da Misericórdia	1276
Corpo de Deus		43 Clara Maria Catarino Rosete	153
Corpo de Deus		55 - Fração D Agostinho Manuel Correia Madeira e Ivone Cardoso Pinho	
Corpo de Deus	55 - Fração A/B/C/E	Francisco Filipe Martins Simões Norton	4677
Corpo de Deus		57/59 Sindicato Sócio-Profissional da Policia	162
Corpo de Deus		68-68/A Maria Imelda Freire dos Santos	1476
Corpo de Deus		96-100 Joel de Pinho Vasconcelos	235
Corpo de Deus		112 Conceito 2A	5180
Corpo de Deus	116 a 120 : Frações A/B/C/D/E	Maria Fernanda Simões Patrício	5288
Rua Martins de Carvalho		4 a 16 Francisco&Marta Lda	5219/5220
Prédio Pátio da Sra. da Vitória		65 Francisco&Marta Lda	5221

## Anexo E – Excel Expropriações da Rua de Coruche

Nº na planta	morada	Proprietário	Herdeiros	Procuradores	Inquilinos	Valor da indemnização	Valor da Venda	Data do ato	Observações	Doc	Vizinhos	Medidas	Comprador
		D. Francisco Dorothea	Manoel Joaquim Baptista da Silva (Familiar) José Pereira Chaves (Familiar)	Francisco Vitorino da Silva (Mealhada) António Simões Lebre e sua mulher						Doc 5 - Mapa 2			
		Joaquim José da Costa Condeixa								Doc 6 - Mapa 2			
		Joaquim José da Costa Condeixa								Doc 1 - Mapa 3			
		Manoel José Ferreira Baptista (Familiar)			Joaquim da Costa Condeixa Manoel José Vieira Braga António José do Espírito Santo José Maria Martins José Gonçalves Francisco Maria Martins			08-04-1857	Intimado a iniciar a demolição das casas a 13-04-1857	Doc 2 - Mapa 3 Doc 1 - Mapa 3			
24	Rua de Coruche	Manoel da Silva Baptista (Familiar)				400 mil réis + Demolição e materiais da responsabilidade da Câmara		08-10-1858	Expropriação amigável - Casa isenta de op fono ou ónus	Doc 2 - Mapa 5			
18	Rua de Coruche	Manoel da Silva Baptista (Familiar)				740 mil réis + Demolição e materiais da responsabilidade da Câmara		08-10-1858	Expropriação amigável - Casas isentas de op ónus	Doc 3 - Mapa 5			
19	Rua de Coruche	Manoel José Vieira Braga				640 mil réis + Demolição e materiais da responsabilidade da Câmara		08-10-1858	Expropriação amigável - Casa isenta de ónus, mas com um fono de 350 réis para a Câmara	Doc 4 - Mapa 5			
20-21	Rua de Coruche	Joaquim José da Costa Condeixa				400 mil réis + Demolição e materiais da responsabilidade da Câmara		08-10-1858	Expropriação amigável - Casas isentas de ónus, com 20 metros de fono de 750 réis ao Seminário	Doc 5 - Mapa 5			
	Rua de Coruche Lado Nascente	Dona Isabel de Hungria Pinheiro				960 mil réis + Demolição e materiais da responsabilidade da Câmara		16-12-1858	Expropriação amigável - Casa isenta de ónus; pagam um fono ao Cabido da Sé	Doc 6 - Mapa 5			
	Rua de Coruche Lado Nascente	Dona Isabel de Hungria Pinheiro		Francisco Pinheiro Sanchez				14-12-1858	Procureção bastante	Doc 10 - Mapa 5			
		António José Ferreira (de Lisboa, já falecido)	Manoel Ferreira de Seabra da Mota e Silva Srª Dona Anna Felicia de Seabra e Sousa	Dr. António dos Santos Pereira Jardimiro				01-02-1859	Pertencem a estes herdeiros 1/3 das casas, estando os restantes partes indelicadas	Doc 9 - Mapa 5			
		D. Mariana Cecilia de Castro Soares						S/ DATA	Fono ao Cabido da Sé de 540 réis e Lançamento de 40 réis, deve os fones de 1855, 56, 57 e 58	Doc 11 - Mapa 5			
		José Henrique Seco						S/ DATA	Fono ao Cabido da Sé de 660 réis e Lançamento de 40 réis, deve os fones de 1844 e seguintes	Doc 11 - Mapa 5			
		Joaquim Mendes de Castro						S/ DATA	Fono ao Cabido da Sé de 840 réis e Lançamento de 10 réis, deve o fono de 1858	Doc 11 - Mapa 5			
		António José Alves Borges						S/ DATA	Fono ao Cabido da Sé de 920 réis e Lançamento de 40 réis, deve o fono de 1858	Doc 11 - Mapa 5	Joaquim Rodrigues de Pinho		

